



# As cooperativas de habitação portuguesas

## O jogo dos possíveis

### Prólogo

As condições ideológicas das cooperativas, ainda que apresentando intensidade oscilante ao longo da história, condicionam as suas relações com o poder e, de modo mais difuso, também com as populações. As raízes das cooperativas remontam, em Portugal, a meados do século XIX, apresentando, nessa génese, uma condição popular forte que reforçará algumas tensões políticas que surgem em certos momentos da história do País (Almeida, 2005, p. 55).

No contexto da história da arquitetura portuguesa, também a habitação promovida pelo setor cooperativo tem uma condição complexa — tanto enquanto processo quanto como objeto — e o silêncio nos textos gerais dedicados à arquitetura portuguesa do século XX é disso reflexo. Considerando textos fundacionais ou marcantes enquanto olhares alargados, e a título de exemplo, mesmo se surgindo neles diversas referências aos problemas da habitação, as respostas de habitação cooperativa estão genericamente ausentes, tanto como exemplos como enquanto possibilidade de resposta aos graves problemas de infra-habitação ou mesmo ausência da mesma. No contexto dos programas cooperativistas, José-Augusto França e Nuno Portas referem nos seus textos a Cooperativa de Consumo de Lordelo, de Álvaro Siza Vieira (França, 1991, p. 457, e Portas, 1978, pp. 740 e 744). Pedro Vieira de Almeida, nos diversos capítulos pelos quais é responsável na síntese histórica, de 1993, da qual é coautor, efetua uma interessante abordagem aos temas das condições de vida do operariado, mas não se chega a cruzar com o cooperativismo como possibilidade de resposta ausente ou pouco considerada<sup>1</sup>. O facto

### Patrícia Santos Pedrosa

Centro Interdisciplinar de Estudos de Género da Universidade de Lisboa e Universidade da Beira Interior

< Acesso entre volumes de garagens e de habitações da Cooperativa de Habitação Gente do Amanhã, Senhora da Hora, Urbanização do Seixo, 2017 (José Pulido Valente, 1985). João M Almeida

<sup>1</sup> Capítulos «A charneira 1900» e «O 'arrabalde' do céu» (Almeida, Fernandes e Maia, 1993).

de a explosão significativa de habitação cooperativa ser posterior à Revolução de 25 de Abril de 1974, não é alheia a estas ausências, acentuada necessariamente por uma história feita dos objetos e de troços de cidade mais impactantes e autorais.

No mesmo livro, José Manuel Fernandes dedica um parágrafo à «prática renovada» que depois de 1974 surge no cooperativismo habitacional, apontando depois alguns breves exemplos<sup>2</sup>. A grande exceção, enquanto conjunto referido reiteradamente pela bibliografia e enquanto programa inserível no cooperativismo habitacional, é o Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), realizado entre 1974 e 1976<sup>3</sup>. Se a sua condição de exceção faz com que seja tratado fora deste capítulo, a sua condição heroica pós-revolução faz com que se tenha tornado um marco incontornável na reflexão sobre habitação em Portugal no século xx, constituindo-se uma unidade autónoma de experimentação e produção.

No catálogo de 1998, onde Becker, Tostões e Wang apresentam uma seleção de quase centena e meia de exemplos da produção arquitetónica portuguesa do século xx, surgem oito propostas realizadas dentro do programa do SAAL e a única referência a um bairro que é parcialmente de responsabilidade cooperativa, a Malagueira, em Évora, de Álvaro Siza Vieira, não tem esta sua componente assinalada, ou seja, problematizada (Becker, Tostões e Wang, 1998).

A versão impressa do *Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*, de 2006, conta com mais de 500 entradas de edifícios ou conjuntos, abrangendo o território continental e as ilhas. Sete dessas entradas são relativas a cooperativas de habitação, tendo o caso da Habitovar, em Ovar, referidas três das suas diferentes contribuições. Tirando o exemplo de Mário Bonito com a sua obra para O Lar Familiar, no Porto, do início da década de 1950, todos os restantes exemplos são dos anos 1980 e 1990<sup>4</sup>. No mesmo registo de levantamentos alargados, disponíveis nestes casos em formatos abertos, o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (SIPA), atualmente da responsabilidade da Direção-Geral do Património Cultural, apresenta cinco exemplos, com casos que incluem também respostas mistas<sup>5</sup>. No contexto da investigação Mapa da Habitação, realizado pelo grupo Atlas da Casa da Universidade do Porto, a base de dados disponível tem, neste momento, entradas para dois exemplos de promoção habitacional cooperativa, ambos no Porto<sup>6</sup>.

Mais do que o levantamento exaustivo das investigações e divulgações existentes, interessa-nos sublinhar como o modo de promoção e os conjuntos arquitetónicos e urbanos têm, no caso das cooperativas de habitação, estado sujeitos a um significativo esquecimento. Alguns trabalhos setoriais, no entanto, merecem ser sublinhados pela sua contribuição para o estudo das cooperativas de habitação em Portugal e pela sua subsequente visibilização<sup>7</sup>. Em 1992, saindo do interior do próprio contexto cooperativo, a Federação Nacional das Cooperativas de Habitação Económicas (FENACHE) promove uma publicação dedicada aos anos 1974-1991, fazendo um levantamento de cerca de 150 empreendimen-

**2** Capítulo «O período de 1974 a 1990» (Almeida, Fernandes e Maia, 1993, p. 161).

**3** O Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL) é abordado no capítulo 7 deste livro, da autoria de José Bandeirinha, Tiago Castela, Joana Gouveia Alves e Rui Aristides.

**4** Os casos referidos são: Cooperativa O Lar Familiar, Porto, 1955, Mário Bonito (p. 138); Habitovar, Ovar, 1980, Bernardo Ferrão (casas em banda) e Rolando Torgo (casas-pátio) (p. 194); Habitovar, Ovar, 1982, Pedro Ramalho (p. 196); Cooperativa Coobita, Faro, 1987, José Lopes da Costa (p. 202); Cooperativa de Habitação Coociclo, Lisboa, 1997, Promontório Arquitetos (p. 221); Cooperativa de Aldoar, Porto, 1998, Manuel Correia Fernandes (p. 222) e Cooperativa de Habitação Económica Habiflor, Vila Viçosa, 1998, Nuno Lopes Ribeiro e João Nasi Pereira (p. 225). (Afonso e Roseta, 2003.)

**5** São: Bairro da Azeda, em Setúbal (IPA.00032524), Bairro da Cooperativa de Habitação Económica Capitães de Abril, Viana do Castelo (IPA.00032523), Bairro da Malagueira, Évora (PA.00031253), Bairro do Armador, Lisboa (IPA.00029704) e Cooperativa O Lar Familiar, Porto (IPA.00027684). In «Sistema de Informação para o Património Arquitetónico» (Direção-Geral do Património Cultural), acedido em 12 de outubro de 2017, <<http://www.monumentos.gov.pt>>.

**6** São: Cooperativa O Lar Familiar e o Bairro Leão XIII. In «Mapa da habitação. Revisão crítica da arquitectura residencial construída com o apoio do Estado em Portugal (1910-1974)» (Atlas da Casa — Centro de Estudos de Arquitetura e Urbanismo — Faculdade de Arquitetura, Universidade do Porto), acedido em 20 de novembro de 2017, <<http://mappingpublichousing.up.pt>>.

**7** A investigadora Marta Cruz, da Universidade do Porto, encontra-se a desenvolver um trabalho de pós-doutoramento sobre Cooperativas de Habitação Económica nos anos 1970-1980 no Porto. Será seguramente fundamental para ampliar e consolidar o presente trabalho quando publicado.

tos localizados em todo o território continental e ilhas<sup>8</sup>. Três anos depois, Flávio Paiva apresenta uma dissertação que se dedica ao caso de Lisboa e onde, para lá da inventariação, procura traçar um olhar crítico sobre as possibilidades ideológicas — do cooperativismo efetivo à aproximação ao mercado —, a que o desenvolvimento das cooperativas de habitação se vê sujeito ao se aproximar o fim do século (Paiva, 1995). António Baptista Coelho, coordenando um levantamento sobre a construção de habitação social de 1984 a 2004, para o Instituto Nacional de Habitação (INH), dedica parte deste às cooperativas, enquanto pilar fundamental do desenvolvimento de soluções de habitação para o período em causa (Coelho, 2006). Já em 2013, Filipa Gomes apresenta uma dissertação onde se dedica ao estudo de Matosinhos, de 1965 a 2003, e à importante promoção cooperativa deste concelho<sup>9</sup>. Todos estes trabalhos são contributos efetivos para o presente texto.

Recorrendo ao que se encontra em contexto bibliográfico, aos arquivos existentes à guarda do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU)<sup>10</sup> e ao trabalho de campo, o objetivo principal deste texto é perceber o passar do tempo político e social refletido nas construções que as cooperativas levam a cabo. Não se enquadrando a sua enumeração exaustiva num trabalho desta natureza, a proposta tenta sublinhar a condição particular da produção de habitação cooperativa e apontando para algumas propostas arquitetónicas e urbanas que encerram, necessariamente em contexto social, político e económico, questões consideradas relevantes.

O texto segue a narrativa cronológica por se considerar fundamental, neste nível, para a compreensão do processo cooperativo focado na resolução do problema habitacional português. Assim, num primeiro momento, trataremos do que são as origens do cooperativismo em Portugal, com atenção específica ao que do setor da habitação respeita. Posteriormente, será analisado o contexto do Estado Novo e das suas relações particulares com as cooperativas. A terceira parte reflete sobre os anos pós-25 de abril de 1974. Finalmente, são trabalhadas as décadas a que chamámos de «ressaca revolucionária», ou o que para o País e para as cooperativas significa um afastamento face à euforia pós-25 de Abril e um aproximar dos valores do mercado e de uma Europa capitalista tida como modelo e de que o País se procurava aproximar.

## Géneses

Em 1918, pelas mãos do curto governo autocrático de Sidónio Pais (1882-1918) surge o início legislativo do que virá a ser um processo longo e de resposta lenta face às necessidades efetivas de habitação qualificada em Portugal e que se prolonga paulatinamente até aos dias de hoje. O Decreto n.º 4137 é dedicado ao que

<sup>8</sup> Distribuídos do seguinte modo: Norte — 40; Centro — 19; Lisboa — 44; Setúbal — 18; Alentejo — 14; Algarve — 11 e Ilhas — 3 (Fleming e Magano, 1992).

<sup>9</sup> São fichadas, com informação variável, 25 empreendimentos (Gomes, 2013).

<sup>10</sup> O trabalho nos arquivos contou com o apoio fundamental de Inês Faria.

se afirma ser uma questão da maior importância: a de «conseguir a construção em grande escala de casas económicas», «principalmente nas grandes cidades». Numa colocação interessante do problema, é ainda afirmado, focado nos desvios morais do suposto chefe de família, que, considerando as condições de infra-habitação em que habitam as famílias pobres, a «taberna, os prostíbulos e as casas de tavalagem são o único recurso para esquecer tantas dores». Neste documento, sustentado por uma visão capitalista e com atenção à propriedade privada, refere-se a necessidade de dar apoio aos que investem e que, assim, possam garantir ganhos mais significativos. Mas também é prestada atenção à própria aquisição da propriedade, sublinhando a importância de se dar a possibilidade ao trabalhador, desta forma, de «tornar [...] mais querido o seu lar». Já no capítulo III deste documento legal, as cooperativas são apontadas como uma das diversas entidades, públicas e privadas, que podem «intervir na construção» das «casas económicas». Outra nota nos parece relevante sublinhar neste decreto. A indicação de que as condições, em Lisboa e no Porto, de acessibilidade através de «transportes baratos para os bairros económicos, quando estes forem afastados dos centros industriais e comerciais», deveriam ser garantidas (Decreto n.º 4137, 1918, pp. 451-454); consciência da não centralidade como possibilidade de estratégia e da sabotagem que podia representar para a indústria ou o comércio este afastamento da mão de obra.

No sentido de resolver a grave questão das terríveis condições de infra-habitação das populações pobres, outras propostas legislativas já tinham acontecido anteriormente ao documento de 1918, mas sem concretização efetiva. Desde 1901 que, de modo cíclico, o problema era considerado em tentativas que resultavam goradas. Inclusivamente em Lisboa, na Ajuda, o início da construção do primeiro bairro social acontece em 1917, mesmo antes de a lei fixar estratégias e responsabilidades neste sentido (Almeida, Fernandes e Maia, 1993, p. 40).

Em termos internacionais, a primeira cooperativa moderna, de consumo, é formada em 1844, pelos designados pioneiros de Rochdale, próximo de Manchester. A ideologia cooperativa seguirá o seu caminho de estruturação, contando com o contributo principal de diversos pensadores franceses. Para o cooperativista e teórico francês Charles Gide (1847-1932), que influenciará o português António Sérgio (1883-1969) e, portanto, parte do pensamento cooperativista português, a cooperativização do consumo era o caminho para uma cooperativização global da economia, colocando agricultores e operários ao serviço dos consumidores e tendo como fim a abolição do lucro. Neste sentido, para António Sérgio, as únicas cooperativas efetivamente revolucionárias eram as de consumo (Paiva, 1995, p. 31). Os princípios cooperativos, como os conhecemos em Portugal, e inclusivamente a lógica do seu Código Cooperativo, que só virá a ser publicado em 1980 (Decreto-Lei n.º 454/80, pp. 3225-3244), encontra no exemplo de Rochdale as suas origens e inspiração (Paiva, 1995, p. 39).

Ainda que o cooperativismo em Portugal surja, em meados de 1800, supostamente através dos instrumentos da propaganda socialista (Taveira, 1954, p. 9), vai encontrar reflexo de âmbito institucional com a publicação, a 5 de julho de 1867, da Lei Basilar do Cooperativismo Português, elaborada por António Corvo (Taveira, 1954, pp. 9-10). Para lá da criação das pioneiras, o século XIX verá acontecer diversos congressos e encontros dedicados às questões cooperativistas, demonstrando o interesse neste caminho (Almeida, 2005, pp. 55-56).

Não se pode deixar de sublinhar como, a partir dos anos 1890, os ramos de atividades vão estar na base da segmentação do setor cooperativo e que, segundo alguns autores, se assiste, por isso, à rutura com uma ideia agregadora com dimensões inclusivamente nacionais (Almeida, 2005, pp. 55-56). As suas áreas de ação, definidas através dos ramos de atividades, fragmentam um conjunto que se vê, assim, pulverizado enquanto força única. As condições geográficas, quer enquanto modo de organização quer enquanto modo de operativizar as intervenções, contribuirão igualmente para a complexidade e variedade do setor, talvez mesmo para a sua fragilização.

Ainda no início da década de 1890, o cooperativismo em Portugal já previa entre as suas diversas finalidades, no caso da Sociedade Cooperativa e Caixa Económica do Porto, o empréstimo de dinheiro aos seus associados para a «construção de casas» (Ferreira, 1979, p. 3). A primeira cooperativa habitacional data de 1894. A Cooperativa Popular de Construção Predial, sediada em Lisboa, tinha como objetivo «adquirir terrenos para a construção de alojamentos em Lisboa», num contexto das ações populares e sindicais de reivindicação por melhores condições (Matos, 1994, p. 19).

No contexto das publicações ligadas à arquitetura, é possível encontrar a figura do engenheiro José Manuel Melo de Mattos (1856-1915), um dos diretores da *A Construção Moderna*, a publicar, no primeiro decénio de 1900, alguns artigos onde procura esclarecer as questões de financiamento da habitação económica ou dedicados a legislações estrangeiras sobre a mesma questão. Mais importante é ter estado associado à criação da Cooperativa Predial Portuguesa, surgida em 1905, e que quatro anos depois entregaria a chave da primeira casa, cumprindo a aspiração da Cooperativa de contribuir para a «construção de habitações económicas amortizáveis a longo prazo» (Fernandes, 2002, p. 389).

A 1.ª República é caracterizada por uma efetiva vontade política de apoio às cooperativas, mas com escassa intervenção real. Em 1910, o número de cooperativas, de todos os ramos, não ultrapassava as poucas dezenas. Ver-se-á aumentado, durante os anos seguintes, de 62 para 336, onde o ramo do consumo é o mais relevante. Pela parte legislativa, a valorização recai sobre as cooperativas agrícolas, principalmente através das condições de crédito fixadas (Almeida, 2005, p. 56). As condições deficitárias de habitação continuam reais, alargadas e atingindo de forma dramática principalmente o operariado que vai chegando às duas maiores

idades do País. Nem as respostas cooperativas nem outras se colocam como efetivos caminhos neste início de século.

### **Da ambiguidade das relações: O Estado Novo e as cooperativas**

O golpe militar de 18 de maio de 1926 vai iniciar, em Portugal, quase cinco década de relações complexas e principalmente ambíguas do cooperativismo com o poder. A simpatia do regime por uma ideia de país eminentemente ruralista vai resultar num apoio e fomento das cooperativas agrícolas. Mas esta atenção não se aplica às cooperativas em geral. As cooperativas de consumo, por exemplo, pelas suas raízes e condição operária, associadas a uma ficcionada ou efetiva resistência política no seu interior, vão sofrer do que poderá ser visto como uma estratégia anticooperativista do Estado Novo. Em 1933, a chamada «Lei Garrote»<sup>11</sup> vai restringir a «isenção da contribuição industrial às cooperativas de consumo que transacionassem exclusivamente com os seus membros» (Almeida, 2005, p. 57), num claro ataque às mesmas. A ideia de que eram, de certo modo e potencialmente, contrárias ao regime, virá a estagnar o seu desenvolvimento, excetuando, como já se disse, as que interessavam a uma certa ideia de país.

Em 1945, surge a Lei n.º 2007, de 7 de maio, relativa às «casas de rendas económicas», realizadas em «centros urbanos ou industriais», e as cooperativas surgem como uma das instituições habilitadas a construí-las. Porém, as sociedades cooperativas, tal como as anónimas, que quisessem usufruir dos apoios e isenções previstas no articulado deste documento deveriam «requerer a aprovação dos seus estatutos ao Ministério das Finanças» (Lei n.º 2007, 1945, pp. 353-357). Assim, o Estado garante não só o controlo sobre quem faz mas, especialmente, sobre as posturas estratégicas e ideológicas dessas entidades que, no caso das cooperativas, poderia ser especialmente relevante. Também é importante neste documento o destino dos fogos. Estes poderiam ser tanto para venda — com pagamento a pronto ou a prestações — como para arrendamento, sendo que do último não existem referências a dados sobre a sua concretização (Paiva, 1995, p. 31).

Refere Fernando Costa, em 1957, que é o pós-II Guerra Mundial a marcar o crescimento das cooperativas de habitação. Se existia 1 em 1925, até 1945 passariam a 2 e só nos 10 anos seguintes subiria para 35 as cooperativas existentes. Em 1950, seriam já 36 500 as famílias cooperativistas nestas instituições. À altura do artigo, Costa refere que o número já teria subido para o meio milhar (Costa, 1957, p. 3). Em 1967, contavam-se 47 cooperativas no território continental e ilhas: Lisboa com 18, Porto com 12, Braga com 2 e com 1 Beja, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Ponta Delgada e Funchal (Ferreira, 1979, p. 3). A caracterização que faz desta «massa associativa» não é, no entanto, emocionante ou otimista. A classe média, que a constituía maioritariamente, não apresentava formação associativa

<sup>11</sup> Decreto-Lei n.º 22513, de 12 de maio de 1933. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 104, de 12 de maio de 1933, pp. 729-780. Ministério das Finanças — Direção-Geral das Contribuições e Impostos. Chamada «Lei Garrote». Determina que a isenção de contribuição industrial concedida às cooperativas de consumo e de produção só é aplicada quando negociem exclusivamente com os seus associados.



**FIG. 1** Fachada da Cooperativa O Lar Familiar, Porto, 2017 (Mário Bonito, 1950-1955), João M Almeida

relevante e o cooperativismo era somente o meio para conseguir a «libertação do inquilinato», não reconhecendo nele mais do que o modo efetivo de terem casa própria (Costa, 1957, p. 3).

Não é só para as cooperativas de habitação que o final da II Guerra Mundial significa um impulso. Existe uma procura de reorganizar e recriar a perdida unidade, tanto setorial como geográfica, do movimento associativo. Neste sentido, António Sérgio lança o *Boletim Cooperativista*, a partir de 1951. Cinco anos depois, volta a realizar-se um congresso geral. Como afirma António Sérgio no número de lançamento do *Boletim*<sup>12</sup>, o propósito deveria ser «criar no País uma verdadeira consciência cooperativista», onde a sua ação na economia visasse, no imediato, a «produção e distribuição da riqueza» como fim em si mesmo (Sérgio, 1951, p. 1).

O contexto histórico do pós-II Guerra Mundial vai, para Flávio Paiva, definir o que são as cooperativas antigas e que se encontram principalmente em Lisboa e no Porto. A sua característica mais visível é terem no seu nascimento uma componente popular muito forte, tal como as pioneiras. Ainda segundo o mesmo autor, neste conjunto encontramos, a título de exemplo, O Lar do Vidreiro, a Cooperativa dos Pedreiros Portugueses, O Lar Ferroviário ou a Cooperativa do Pessoal Subalterno dos CTT. Apesar desta sua génese popular, com o tempo acabam por ver a presença das classes médias urbanas absorvê-las<sup>13</sup>.

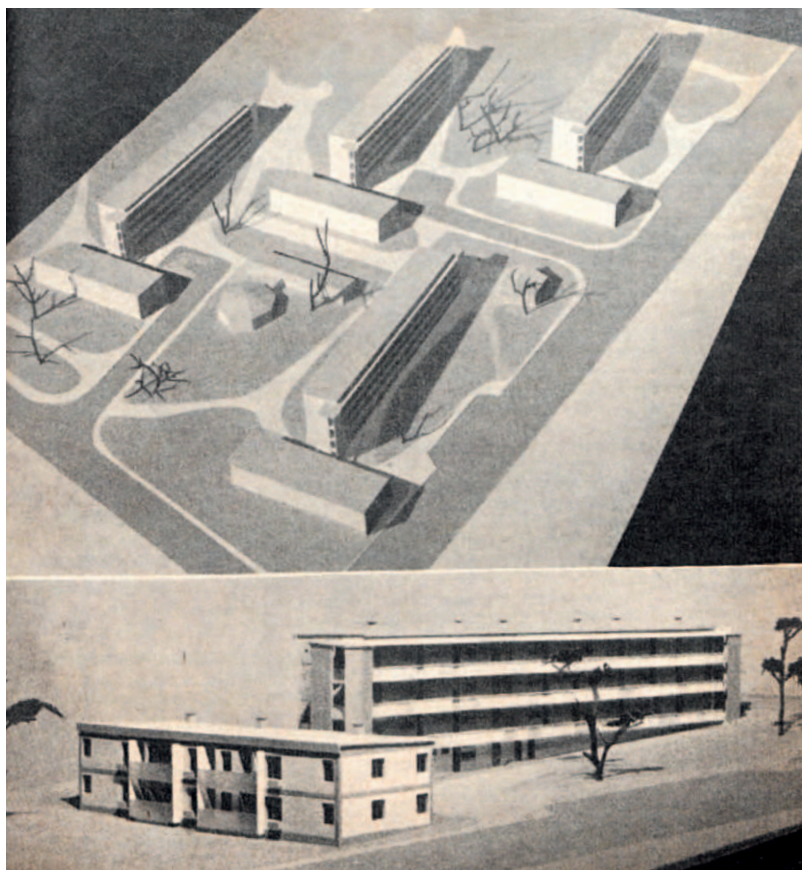
Um destes exemplos, construído entre 1950 e 1955, pelo arquiteto Mário Bonito (1921-1976), no Porto, para a cooperativa O Lar Familiar, posteriormente chamado de Bairro dos Músicos, é um conjunto de 71 habitações unifamiliares em banda (Filipe, 2009), que ainda hoje se reconhecem como fogos qualificados, com capacidade de adaptação, mas também com a capacidade de existir como

<sup>12</sup> Vai-se publicar de modo quase uniforme e permanente até 1975, com o número especial que funciona como manual para a ação das cooperativas (Costa, 1975).

<sup>13</sup> Este autor identifica os seguintes conjuntos de produção cooperativa habitacional, organizados cronologicamente mas também considerando a sua natureza, desenvolvimento e condição: 1. Cooperativas antigas de habitação; 2. Cooperativas do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL); 3. Cooperativas de habitação económica (CHE), e 4. Cooperativas de habitação e construção (CHC). Utilizaremos estas designações e organização por nos parecerem adequadas e coerentes com o trabalho aqui desenvolvido (Paiva, 1995, p. 55).

conjunto arquitetónico e urbano para além da passagem do tempo e das intervenções. A atitude claramente moderna surge tanto na sua organização interna pragmática como no caráter que o conjunto escolhe ter, colocando-se enfaticamente face à rua, valorizando planos e volumes em si mesmos e despojando-se de elementos decorativos, para além dos jogos plano-espaciais.

Um outro caso interessante, tanto pela linguagem arquitetónica como por se destinar excecionalmente ao arrendamento, é apresentado em 1957 e não chegou a ser construído. Encomendada pela Associação dos Inquilinos Lisbonenses (AIL), é apresentada na Sociedade Nacional de Belas-Artes (SNBA), em Lisboa, a proposta dos arquitetos Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) e Bartolomeu da Costa Cabral (n. 1929) para uma unidade de habitação cooperativa. Na exposição são apresentados modelos, alguns à escala natural, com, entre outras, a zona de costura, a cozinha e a janela do lado da galeria de acesso e circulação comum (Tostões, 2004, pp. 160-165). O uso de galerias de acesso, mas também a organização dos fogos



**FIG. 2** Unidade de Habitação Cooperativa (Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu da Costa Cabral para a Associação dos Inquilinos Lisbonenses, 1957). Sociedade Nacional de Belas Artes e Associação Lisbonense de Inquilinos. O Cooperativismo Habitacional no Mundo: Programa. Lisboa: [s. n.], 1957

— clara e equilibrada —, assim como a escala doméstica despojada, construindo unidade, afastam-se de muitas das referências de raiz ruralista que podem ser ainda parte do imaginário da habitação de meados do século xx português. Urbanamente, os edifícios surgem em volumes baixos que organizam espaços públicos comuns, com diferentes vias de circulação hierarquizadas, das viárias às pedonais, criando espaços exteriores de ocupação de proximidade. A divulgação desta proposta de Pereira e Cabral chega também ao Porto, nesse mesmo ano de 1957, ao ser apresentada na exposição *O Cooperativismo Habitacional no Mundo*, onde a presença da maqueta geral, também publicada no catálogo respetivo, resulta da colaboração da AIL com a Associação de Inquilinos do Norte de Portugal (AINP) (Seara, 1957).

Mais de uma década depois, Nuno Teotónio Pereira voltará a esta iniciativa quando, nas páginas do *Boletim Cooperativista*, refere como tanto as entidades oficiais como as próprias cooperativas não souberam aproveitar as várias propostas da AIL, incluindo as ideias para o inquilinato associativo, e diagnosticando para o cooperativismo habitacional um caminho com «nada de estimulante ou [...] animador», prevendo o mesmo autor que, com a perpetuação dos condicionalismos, se manteria o nível de nulidade das respostas (Pereira, 1968, p. 2).

Segundo Ferreira, entre 1953 e 1964, teriam sido construídos 3387 fogos pelo setor cooperativo, o que corresponderia a quase 17% da promoção de habitação pública e semipública. As cooperativas Problema da Habitação, no Porto, a Sociedade de Fomento Imobiliário, em Lisboa, e O Lar, de Coimbra, ainda que com valores muito diferentes, eram as principais responsáveis por estes números<sup>14</sup>. No total seriam, em 1974, cerca de seis dezenas registadas, ainda que só metade se encontrasse ativa (Paiva, 1995, p. 55). No contexto das avaliações dos impactos, é importante sublinhar que, muitas vezes, as respostas ao problema da habitação são múltiplas para um mesmo território ou bairro, sendo possível encontrar respostas que se podem enquadrar em diversas estratégias administrativas e legislativas. Como exemplo disso temos o caso do Bairro de Alvalade, realizado debaixo do Programa das Casas de Renda Económica, mas que também recebe respostas das cooperativas de habitação, ou das Casas de Renda Limitada e de Renda Livre (Serpa, 2015, p. 129). Também os posteriores casos dos Olivais ou de Chelas têm esta multiplicidade, aqui reforçada pelos tempos longos de desenvolvimento destes planos que vão receber respostas diversificadas.

Ainda que, durante os longos anos da ditadura, as cooperativas de habitação não desapareçam e até consigam apresentar valores de crescimento, vivem situações complexas que se organizam, por um lado, entre as críticas que são feitas e generalizadas às mesmas cooperativas e, por outro lado, a matriz de dificuldades e necessidades pelas quais passam para se conseguirem impor como resposta. Relativamente à primeira questão, surgem textos que apontam para uma ideia instalada de que seriam, as cooperativas, modos de os seus cooperantes, ou de

<sup>14</sup> Valores discriminados: Problema da Habitação, Porto: 2807; Sociedade Fomento Imobiliário de Lisboa: 235, e O Lar, Coimbra: 345 fogos (Ferreira, 1979, p. 4).

>  
**FIG. 3** Vista geral do edifício da Sociedade Cooperativa O Lar Familiar, Olivais, 1968 (Nuno Teotónio Pereira e António Pinto de Freitas, 1967). CML/AML

pelo menos alguns deles, ganharem dinheiro com o processo. Respondendo a essa crítica, Amaral afirma sobre a sua própria cooperativa que esta «compra terrenos para os seus planos ou para os seus associados, projecta as habitações, constrói-as e transmite-as aos beneficiários, exactamente pelo preço do custo» (Amaral, 1971, pp. 22-25). Ressalva também que não se encontram na esfera da responsabilidade das cooperativas os lucros que resultam de eventuais vendas posteriores por parte dos cooperantes.

As questões que dificultam a plena ação das cooperativas de habitação surgem de diversos modos e reiteradamente referidas. O problema das estruturas organizativas das próprias cooperativas assim como a falta de formação e preparação dos membros dos órgãos sociais são questões levantadas. Mas outras mais genéricas relativas aos problemas financeiros são também referidas, concretizadas muitas vezes de modo grave na falta de terrenos interessantes e economicamente acessíveis para as realizações cooperativistas (Amaral, 1971, p. 19). Este conjunto de preocupações é constante ao longo de toda a história das cooperativas portuguesas.

Existe uma outra discussão que é igualmente persistente, a da necessidade de uma efetiva e ampla política da habitação nacional. Na década de 1960, quem se dedica ao estudo e trabalho na área da habitação sublinha mais uma vez esta necessidade. No contexto de um estudo apresentado ao II Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Cooperativa e da Previdência Social, profissionais da Federação de Caixas de Previdência — Habitações Económicas (FCP-HE), que trabalham e conhecem no terreno, pedem a «existência de uma política nacional de habitação que inclua incentivos ao arrendamento e uma política de terrenos» (Pedrosa, 2010, p. 227). Também o investigador Raul da Silva Pereira, em 1963, depois de analisar de modo alargado o problema da habitação em Portugal, propõe igualmente um extenso mapa de respostas do que poderiam ser as ações estruturantes. Este autor inclui a esfera das respostas económicas, mas sempre considerando o nível global do problema e das soluções necessárias, reforçando que a «resolução do problema do alojamento depende, antes de mais, da estruturação de uma política à escala nacional» (cit. por Pedrosa, 2010, p. 228).

Analisaremos em seguida, ainda neste contexto das cooperativas antigas de habitação, algumas pistas que advêm das estratégias e espírito do cooperativismo habitacional e que emanam de estatutos, regulamentos e outros textos. Assim, serão abordados os objetivos das cooperativas, as questões do inquilinato cooperativo, o papel dos técnicos e o desenvolvimento das suas atividades dentro dos processos e, finalmente, a tomada de posse simbólica e operacional do tema da casa de família pelos homens enquanto chefes de família.

A existência e a formação das cooperativas de habitação estão obviamente associadas ao problema de falta de casa ou desejo de casa mais adequada para as necessidades familiares específicas. Assim, os terrenos e a sua aquisição, por um



lado, e a construção dos fogos, por outro lado, são objetivos reiterados. As variações são remetidas para os tipos de fogos e a autonomia dos associados. Se, em algumas situações, as casas são somente referidas como sendo «de preferência económicas» (Sociedade Cooperativa «A Nossa Casa», 1950, p. 1), noutros casos encontramos para lá da referência às «casas de tipo económico» — com identificação dos custos de construção e terreno — a possibilidade de se realizarem igualmente «casas de tipo médio»<sup>15</sup>. Em algumas situações pontuais chegam ainda mais longe, como por exemplo no caso da Cooperativa Construtora de Habitações GAM, prevendo uma maior diversidade das famílias e dos próprios fogos, propondo até seis classes, organizadas pelo custo respetivo<sup>16</sup>.

As possibilidades, pelos textos estatutários, para os processos de concretização da construção dos fogos apresentam variações. Ainda que o mais comum dos processos incluía a aquisição do terrenos, construção e ocupação definidos e geridos totalmente pela cooperativa, portanto, pelos seus cooperantes, outras possibilidades surgem estabelecidas, como a de os mesmos indicarem terrenos e até tratarem das obras, relacionando-se diretamente com os empreiteiros<sup>17</sup>. Noutro caso, outra vez com a GAM (1955, p. 41), a própria cooperativa pode também surgir como prestadora de serviços de projeto, não especificando como e através de quem. Outra situação interessante de apontar é a possibilidade de aquisição para utilização por parte dos sócios, retirando do processo a aquisição do terreno e a construção e substituindo-as pela casa construída (Soc. Coop. Tenho Uma Casa, 1951, p. 5). Mesmo se nem sempre relevantes, estas indicações encontradas em alguns textos apontam obviamente para soluções que seriam, no mínimo, mistas e que se afastam do espírito cooperativista estrito defendido por muitos. Alerta, no fundo, para uma atitude face ao cooperativismo menos militante do que o que se encontrava noutros setores.

Ainda que não exista, como já se referiu, nota de concretização de inquilinato cooperativo, na prática existe uma condição de possibilidade que é apontada e particularizada pela parte de algumas cooperativas antigas. Ou seja, não acontecer não é resultado das impossibilidades regulamentares ou do espírito do cooperativismo habitacional português. Algumas preveem a possibilidade de um mesmo edifício conter fogos «destinados às duas modalidades», arrendamento e compra, e explicam igualmente que, no primeiro caso, a responsabilidade pelas despesas de conservação serão, para o exterior, da cooperativa, e para os interiores, dos sócios que usufruem dos fogos (Coop. A Casa é Minha, 1957, pp. 59 e 73). De certo modo, também é num regime similar ao do arrendamento o processo que leva, via usufruto, à ocupação do fogo até que se complete a amortização do empréstimo à cooperativa (Sociedade Cooperativa «A Nossa Casa», 1950, p. 25). Mas a importância da aquisição da propriedade é uma característica fundamental do cooperativismo habitacional português, nos textos orientadores, mas principalmente no terreno.

<sup>15</sup> Por exemplo, a Sociedade Cooperativa Tenho Uma Casa (1951, p. 5), onde é discriminado do seguinte modo: «casas de tipo económico, destinadas a habitação, considerando-se como tais as que não tenham um valor real superior a cem mil escudos» e «casas de tipo médio, destinadas a habitação, de valor até duzentos e cinquenta mil escudos».

<sup>16</sup> Classes propostas: A (até 50 contos); B (50/100 contos); C (100/150 contos); D (150/200 contos); E (200/250 contos), e F (250/300 contos) (Cooperativa Construtora de Habitações GAM, 1955, p. 34).

<sup>17</sup> Como é referido, por exemplo, no regulamento da Sociedade Cooperativa «A Nossa Casa» (1950, p. 2).

Ainda que já se tenha referido anteriormente um caso em que a própria cooperativa se apresentava como possível prestadora do serviço de projeto, são diversas as que estabelecem claramente as competências dos técnicos e as suas obrigatoriedades. Surgem assim claras referências à responsabilidade de fiscalização das obras corresponder aos engenheiros, agentes técnicos, arquitetos ou diplomados equivalentes, mas também de considerar-se fundamental a necessidade de adequada regulamentação para as empreitadas e para a relação com os empreiteiros (Sociedade Cooperativa «A Nossa Casa», 1950, pp. 25-27). Esta é ampliada, noutras situações que ultrapassam a fiscalização, com a indicação clara de que só «poderão prestar serviços à Cooperativa os técnicos (engenheiros, arquitectos, agentes técnicos, construtores, etc.) e empreiteiros» (Coop. A Casa é Minha, 1957, p. 62). Relativamente aos projetistas, surgem enquanto responsáveis, para além do projeto, do caderno de encargos e do «orçamento-estimativa» (Sociedade Cooperativa «A Nossa Casa», 1950, p. 27). É interessante verificar esta consciência das adequabilidades técnicas às funções no processo de projeto/obra, não menosprezando a importância dessas mesmas no cumprimento efetivo do processo. Num país onde os papéis dos atores envolvidos na indústria do projeto e da construção nem sempre foram claros ou efetivos, esta preocupação valoriza a maturidade destes regulamentos e das próprias cooperativas.

Ainda neste contexto de breves reflexões resultantes de textos organizadores ou fundacionais das cooperativas, também nos interessa perceber os papéis dos elementos dos agregados familiares envolvidos, intuindo que reforça o que se encontra socialmente estabelecido como normatividade. As cooperativas de habitação apresentam-se como espaço de ação dos homens, numa clara consonância com a cultura patriarcal vigente e que o Estado Novo assumia através da figura do chefe de família<sup>18</sup>. Neste contexto, sublinharemos dois pontos que nos parecem interessantes e que surgem nos documentos das cooperativas. O primeiro diz respeito a quem constitui as cooperativas. Pelas referências encontradas, a presença de homens – tanto enquanto sócios fundadores como parte dos órgãos sociais ou como cooperantes comuns – é fortemente maioritária<sup>19</sup>.

O segundo diz respeito ao que era pedagogicamente apresentado como a relação adequada, face ao processo com a cooperativa e a construção da casa de família. Em certo texto de aspiração pedagógica, descreve-se o percurso de um hipotético Sr. Silva, no sentido de ver cumprido o seu «direito de construção». Assim, e ainda que sejamos avisados que, em casa do dito senhor, «a esposa costuma ser sempre ouvida antes de tomada uma resolução sobre qualquer assunto sério», percebemos que a Sr.<sup>a</sup> Silva, afinal, só foi «ver as casas já prontas». Felizmente, para o narrador e para o esposo, que a exclamação da senhora foi entusiasta: «Gosto imenso! São tão jeitosas!» (Campos, 1960, pp. 20-21). Ainda que tendo um caráter quase anedótico, o sentido paternalista do regime e da sociedade portuguesa da época surgem consideravelmente bem plasmados neste

<sup>18</sup> «Poder marital» que definia que: «O marido é o chefe de família, competindo-lhe nessa qualidade representá-la e decidir em todos os actos da vida conjugal comum, sem prejuízo do disposto nos artigos subsequentes.» Artigo 1674.º do Decreto-Lei n.º 47344, *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 274, de 25 de novembro de 1966, p. 2030.

<sup>19</sup> Este assunto merece maior aprofundamento, mas, a título de exemplo, a Cooperativa Construtora de Habitações, tem como sócios fundadores só homens, de Lisboa, Porto, Évora e Braga, inscritos no Grémio dos Armazenistas de Mercaria, que contava com sede em Lisboa e uma delegação no Porto. Cf. Cooperativa Construtora de Habitações GAM, 1955.



FIG. 4 «A mulher opõe-se aos intermediários mas só o cooperativismo lhe dará a força que precisa para resistir.» *Boletim Cooperativista*, n.º 36, setembro de 1956, p. 4

manual de instruções de como um sócio percorre o regulamento cooperativo até ao momento de receber a sua casa, fixando, de modo claro, os papéis no interior da família e da sociedade.

No que à produção de pensamento e divulgação diz respeito, ou seja, a presença das mulheres na elite da esfera cooperativista, também esta é residual e secundarizada. Logo no primeiro número do *Boletim Cooperativista* surge um pequeno texto de Maria Lúcia Nobre (1951, pp. 1 e 4), da Confederação de Cooperativas da UNICOOP, sobre «Produção, distribuição, consumo». Será a mesma autora que, anos mais tarde, trará o assunto específico das mulheres e do cooperativismo para as páginas do mesmo *Boletim*. Em 1956, escreve sobre as comissões femininas existentes em algumas cooperativas e encerra o artigo chamando à ação as «mulheres interessadas por uma organização económica menos opressiva, mais equitativa» (Nobre, 1956a, p. 3). Continua no número seguinte apresentando algumas notas sobre a relação histórica das mulheres com o cooperativismo internacional e encerra-o com o apelo à «importância da sua acção educativa», já que será nas mãos destas que se encontra o «inculcar princípios», entre eles o da «mentalidade cooperativa na infância e na adolescência» (Nobre, 1956b, p. 1). No terceiro artigo deste conjunto, Nobre apresenta alguns exemplos lisboetas de comissões femininas, apelando às mulheres que sejam mais do que compradoras. Fecha com mais uma chamada à ação, desta vez transclassista: «Precisamos da comparticipação das mulheres de todos os meios sociais: operárias, domésticas, profissões liberais.» (Nobre, 1956c, p. 1.) Para lá da continuação desta linha de textos (Nobre, 1956d, p. 2), também a própria autora se transforma numa palestrante sobre o tema, levando-o às cooperativas, com significativa assistência feminina (Nobre, 1956d, p. 2). Este tema, com variações políticas e feministas discretas, vai estando presente na publicação coordenada por António Sérgio de modo regular, dando notícia das ações das comissões femininas existentes.

Surge, a partir de 1958, a secção «Página das cooperadoras» (1958, p. 7), que se prolongará quase em contínuo até 1964, com temas, estratégias e compromettimentos diversos, mas que chega a ter inclusivamente apontamentos igualitários e feministas, dedicando-se a traduzir, noticiar e incitar as mulheres dentro do movimento, e contando com um número crescente de colaborações. Depois de uma pausa, a continuidade deste espaço recua na sua vertente progressista e a nova «Página da dona de casa» (1967, p. 8) prolonga-se por um par de meses, voltando em abril do mesmo ano à «Página das cooperadoras» (1967, p. 7), que desaparecerá no início de 1971. De qualquer modo, os temas de inspiração tanto feminina como feminista tinham ganho lastro e vão pontuando a publicação. Mais do que dissecar esta questão das mulheres e do cooperativismo português antes de 1974 — tema muitíssimo interessante e com apontamentos ideológicos e políticos destoantes do que era aceitável afirmar noutros órgãos de comunicação — interessa sublinhar a sua participação efetiva e com um caminho, ainda

assim, de difícil colocação na linha da frente do movimento. Condição, de certo modo, em sintonia com o próprio País.

Em 1952, Manuel Guimarães, presidente da direção da Sociedade Cooperativa Tenho Uma Casa, apresenta uma interessante comunicação ao XXI Congresso Internacional de Habitação e Urbanismo. Parece-nos relevante fechar esta introdução às cooperativas de habitação anteriores a 1974 com este texto, pela sua clareza analítica relativamente ao contexto nacional e cooperativo. Refere o autor que «milhares e milhares de indivíduos [das classes menos favorecidas] contribuem mensalmente com parte das suas economias para obtenção de habitação, mas que o ritmo de construção, ou seja, a efectiva resposta, seria muito baixa» (Guimarães, 1952, p. 3). Como noutros casos, procura identificar as questões que dificultam a força do «movimento cooperativo de construção de casas» e chama-lhes «vícios». Guimarães aponta os três vícios do movimento: a dispersão, a falta de recursos e o que chama de «certa desconfiança do público» (Guimarães, 1952, p. 3). Contra esta fragilização contrapõe três «remédios», que passam pela coordenação dentro do cooperativismo, o «auxílio» através de empréstimos a baixo ou nenhum juro e, finalmente, a fiscalização. Mas, reforça igualmente, que só o Estado poderia ter este papel, de modo eficiente (Guimarães, 1952, pp. 6-7). Mais uma vez as respostas defendidas são na escala do território nacional.

Insistindo num sentido paternalista e moralizante, Guimarães aborda a questão da classe média, a maior do País, e a existente necessidade de que esta se foque no «maior desenvolvimento da virtude do aforro», através de uma «vida equilibrada economicamente», no sentido de conseguir um «relativo progresso». É interessante o sentido quase messiânico que a poupança específica para habitação, através das cooperativas, parecia indiciar para alguns autores. Como afirma Guimarães, imaginando uma «avalanche de indivíduos a economizar» para conseguir casa própria, através da cooperativa, e tendo como resultado a «construção de tantas e tantas casas». Este «habitar da sua casa» traria como reflexo imediato a «alegria de viver da população beneficiada» (Guimarães, 1952, p. 8), mais uma vez, a casa digna e própria, neste caso, surge como resgate para que a indivíduos e a famílias seja permitida uma vida feliz.

Às cooperativas de habitação, como resposta política «eminentemente social» e ultrapassando os «limites do interesse privado» (Amaral, 1971, p. 17), são colocadas questões que configuram a sua estrutura, estratégias e beneficiários. Se, por comparação com as restantes, eram vistas como quase «estabelecimentos de crédito imobiliário, resumindo a actividade a empréstimo para a construção de moradias», e é-lhes identificada a sua limitação cooperativista, fica claro igualmente que apresentando valores de cotização elevados só «uma pequena percentagem pode[ria] beneficiar» (Júnior, 1960, p. 8). O que aponta igualmente a parcial deslocação destas cooperativas para as classes médias e médias-altas, afastando-as da «grande massa que tem necessidade de uma casa para viver e

não de uma vivenda para passar férias e o fim de semana», para o qual os custos elevados dos terrenos contribuía de modo efetivo (Júnior, 1960, p. 8). Em 1960, Fernando Júnior não hesita em defender o caminho, por um lado, de abandonar o «sonho da moradia» — que só chega a alguns — e «entrar nos grandes blocos de habitação», mas também, por outro lado, garantir que a cooperativa passa a estar efetivamente presente em todo o processo: aquisição do terreno, aquisição de materiais e construção, mas também de gestão do imóvel na sua vida de pós-ocupação (Júnior, 1960, p. 8).

No fecho da década de 1960 e entrada na seguinte, Portugal continuava com problemas muito graves face à situação de falta de habitação minimamente qualificada para uma parte substancial da sua população. As questões teóricas, de estudo e investigação sobre o tema, por parte dos arquitetos e de algumas instituições, encontravam-se em crescendo efetivo, o que implicava visibilidade e o conseqüente olhar dos técnicos e de investigadores ao problema de um modo genérico (cf. Pedrosa, 2010). Mas, no entanto, o Estado Novo cai sem que as estratégias face à habitação cumpram os seus objetivos, menos ainda que as cooperativas sejam parte significativa dessa resposta. Em democracia, o problema continuará grave e novas e velhas soluções definirão a nova fase do País.

### As cooperativas e a Revolução

A 2 de abril de 1976, é aprovada a Constituição da República Portuguesa. Por um lado, o direito à criação de cooperativas surge consagrado no seu artigo 61.º, a par do dever do Estado de «estimular e apoiar as iniciativas nesse sentido», mas também, por outro lado, através do seu artigo 65.º — no contexto da habitação enquanto direito social —, surge o incentivo e o apoio às cooperativas e à auto-construção, lado a lado com o ordenamento do território e os planos de urbanização. Mais uma vez, o estímulo à «construção privada, com subordinação aos interesses gerais», é igualmente apresentado como modo de o Estado assegurar o fundamental direito à habitação (Constituição da República Portuguesa, 1976).

Em 1974, ano da Revolução de 25 de Abril, o número de fogos em falta no País ultrapassava os 500 000, ou seja, uma em cada quatro das famílias portuguesas não tinha uma casa digna para viver. Refere ainda Ferreira que, segundo o censo de 1970, Lisboa, Porto, Setúbal, Braga e Guarda seriam os distritos com as carências habitacionais mais acentuadas. Lisboa destaca-se com mais de 200 000 fogos identificados em falta, ultrapassando em dobro o Porto, em segundo, com 90 000<sup>20</sup>.

O processo SAAL foi o acontecimento mais visível, ideologicamente, mas também enquanto construtor de imaginário no contexto revolucionário da arquitetura portuguesa do pós-25 de Abril. Desde o Programa do I Governo Provisório (1974) que a importante preocupação com a habitação, ou a sua falta, se

<sup>20</sup> Valores dos cinco distritos mais deficitários, em 1970: Lisboa — mais de 200 000, Porto — 90 000, Setúbal — 70 000, Braga — 30 000, e Guarda — 13 000 (Ferreira, 1979, p. 1).

encontrava plasmada, através da defesa de uma «política de solos adequada» para garantir que, mesmo os que menos capacidade económica tivessem pudessem ter acesso a habitação condigna (Pereira, 2014, p. 18). A publicação, em agosto seguinte, do despacho que institui a formação do SAAL é o coração do caminho decidido politicamente. Com este documento legal estabelecem-se as estratégias que procuram resolver as sistemáticas críticas, por um lado, à construção de habitação e resposta efetiva às deficiências habitacionais e, por outro lado, aos próprios contextos e processos cooperativos. Aos municípios era entregue a responsabilidade de ceder terrenos e garantir a infraestruturização, às cooperativas era colocado o papel de motor dos processos — síntese e prática do poder popular — e ao poder central era destinada a capacidade de financiar e de garantir apoio técnico efetivo (Despacho de 6 de agosto de 1974, pp. 873-874). A promoção estatal apontava, assim, para caminhos que se desejavam contribuir para consolidar os vínculos dos futuros habitantes com os projetos e a construção dos mesmos (Bandeirinha, 2011, p. 121).

Ainda que as respostas surgidas do interior da ação do SAAL não sejam a nossa preocupação, os processos que este momento permite instalar são relevantes e fundamentais para a história das cooperativas de habitação em Portugal. Este impulso alimentará o cooperativismo habitacional mais além do seu fim enquanto processo, em 1976. Como refere Brigitte David, em 1978, não sendo obviamente a solução para todos os problemas nacionais, o processo do SAAL permitiu que parte da população conseguisse passar de consumidor dos fogos e da arquitetura doméstica a parte relevante dos processos (David, 1978, p. 61). Esta aprendizagem de cidadania agida, com o objetivo de concretizar o direito à habitação efetiva e adequada, parece-nos efetivamente um dos fatores mais importantes para a relevância destes dois anos de ação no contexto do despacho de 1974.

O desenvolvimento dos trabalhos, como se percebe pelo caderno reivindicativo de março de 1975, foi muito difícil, sendo mesmo referida a «total paralisação do processo SAAL», que resultava num caminho em que este ia «esbarrando contra toda uma série de resistências, oposições e impossibilidades burocráticas e legalistas que impediram a sua concretização». No entanto, assistiu-se a uma efetiva consolidação organizativa popular, com uma proliferação de comissões de moradores — que, muitas vezes, se transformavam depois em associações —, assistindo-se igualmente à criação de organismos de coordenação das mesmas (Pereira, 2014, pp. 21 e 23).

Em dezembro de 1974, no contexto da «resolução do problema habitacional», é publicado o Regime Jurídico da Cooperação Habitacional. No seu prólogo, é referido como o «cooperativismo habitacional, convenientemente estruturado e com o apoio do Estado», poderia ser um contributo fundamental. Situação esta que, para o legislador, já se teria concretizado noutros países e se pensa poder ser concretizado igualmente em Portugal. Este documento procura controlar o uso

do contexto cooperativo para a especulação e volta a estar considerado por lei o «inquilinato cooperador» (Decreto-Lei n.º 730/74, pp. 1594-1597).

Complementarmente à importância do cooperativismo no contexto do Programa do I Governo Provisório enquanto «forma privilegiada de organização da iniciativa e gestão de recursos pelos próprios moradores», os textos legais sublinham, como o Regime das Cooperativas de Habitação Económica, a importância do cooperativismo habitacional enquanto modo de expandir significativamente, esperava-se, as necessárias respostas em complemento com a ação das autarquias e do Estado<sup>21</sup>. A construção deste corpo específico de legislação para as cooperativas de habitação — para além do despacho da Secretaria de Estado da Habitação já referido — é fundamental para o desenvolvimento real desta resposta.

Com o corpo legislativo pós-Revolução entra-se na 3.ª fase do cooperativismo habitacional português, que, segundo Paiva, vai ser marcada pelas cooperativas de habitação económica (CHE) e inclui as que são fundadas a partir de 1974. Ainda que o limite deste período seja assinalado em 1986, ano da entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE) e que marca um arrefecimento do desenvolvimento dos processos cooperativos, algumas instituições criadas posteriormente, por causa do perfil dos seus cooperadores e as suas próprias características, são consideradas, para este autor, ainda como parte deste conjunto e fase (Paiva, 1995, p. 58). Ao contrário, reforça-se que as que se desenvolvem no contexto SAAL não são aqui enquadradas.

Em agosto de 1976 é criada, por parte do governo, uma comissão com o objetivo de estudar as formas eficazes e adequadas de garantir o cumprimento dos artigos 61.º e 85.º da CRP, alusivo ao apoio do Estado ao setor cooperativo. Do trabalho desta comissão surge a criação do Instituto António Sérgio do Setor Cooperativo (INSCOOP) mas assistir-se-á a quatro anos de inércia legislativa (Almeida, 2005, p. 58). A meio da década de 1970, o cooperativismo português encontra-se num processo de efetivo crescimento, com uma hegemonia nos setores agrícola, industrial e de produção (Almeida, 2005, p. 57). O Decreto-Lei n.º 349/75 vai reforçar a força das políticas cooperativas num quadro ideológico claro ao criar a comissão de apoio às mesmas, por se considerar «indispensável diagnosticar a real situação do setor cooperativo», mas também «apoiar a sua evolução, procurando caracterizar o papel das cooperativas ou organizações de cooperativas na construção do socialismo em Portugal» (Decreto-Lei n.º 349/75, pp. 931-932).

A lentidão do arranque, nos dois anos pós-Revolução, compreende-se parcialmente em resultado dos processos de legalização das cooperativas, mas também nas escolhas e negociações de aquisição de terrenos, e demais procedimentos de projeto e construção. Mas este início lento fará com que, a partir de 1977, se assista a um desenvolvimento efetivo das cooperativas de habitação (Ferreira, 1979, p. 16). Em 1975, existiam 10 000 cooperativistas e 23 CHE e um ano depois

<sup>21</sup> Decreto-Lei n.º 737-A/74, de 23 de dezembro. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 298 (suplemento), de 23 de dezembro de 1974, pp. 1614-(2) e 1614-(3). Ministério do Equipamento Social e do Ambiente — Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo. Prevê diversas modalidades de auxílio às cooperativas de habitação de interesse social, que passarão a usar a designação «cooperativas de habitação económica». Apoiado pelo Decreto-Lei n.º 265/76, de 10 de abril. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 86, de 10 de abril de 1976. Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção — Gabinete do Ministro, que visa simplificar as formalidades necessárias à constituição de cooperativas de habitação.

já chegavam aos 28 000 cooperativistas e 94 cooperativas. Em 1978, o número de cooperativas tinha duplicado o valor de 1976 e os seus inscritos chegavam aos 46 500 (Ferreira, 1979, p. 6). Neste contexto, que se inicia cronologicamente a partir de meados da década de 1970, interessa-nos referir dois conjuntos de respostas que, de modo distinto, investigam e propõem de modo privilegiado o que poderá ser a habitação em contexto cooperativo. Por um lado, as respostas, coordenadas por Duarte Cabral de Mello no contexto do Grupo de Apoio às Cooperativas de Habitação (GACH), nos distritos de Lisboa e Setúbal, por outro lado, o conjunto alargado de respostas que surgem em Matosinhos, no distrito do Porto.

A suposta «crescente importância atribuída à problemática habitacional» portuguesa leva a que, ainda em 1969, fosse criado pelo Estado Novo o Fundo de Fomento da Habitação (FFH)<sup>22</sup>. Será este que, continuando a sua atividade pós-1974, irá apoiar a criação e o desenvolvimento das CHE, através do apoio específico que realiza às cooperativas de habitação e até à sua extinção, já na década de 1980 (Paiva, 1995, p. 58).

No contexto do programa de cooperação luso-sueco para o setor da habitação, é criado o Grupo de Apoio às Cooperativas de Habitação pela mão do Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo (Mello, 1979, p. 28). A relação com o cooperativismo sueco já vinha de trás. Em 1965, segundo notícia do *Boletim Cooperativista*, uma «missão de conselheiros suecos» visitara Portugal, colaborando com as cooperativas de consumo (Fraternal, 1965, p. 1). No caso da habitação, já em democracia, esta relação vai chegar a produzir resultados efetivos e palpáveis.

Segundo o arquiteto Duarte Cabral de Mello (1941-2013), partindo da cooperação sueca e através dos projetos-piloto desenvolvidos a partir de 1976, o objetivo era conseguir estabelecer as bases que permitiriam a construção de «movimento autónomo das cooperativas de habitação à escala nacional» (Mello, 1979, p. 22)<sup>23</sup>. Estes mesmos projetos-piloto em que participa foram trabalhados, segundo afirma, considerando que o ato de projetar era um «percurso de aprendizagem», extensível também à «análise da fruição feita pelos utentes» (Mello, 1979, p. 18). Para além da apresentação das estratégias urbanas e de arquitetura a que já voltaremos, são feitas reflexões que se colocam de modo crítico face ao processo, ou melhor, aos processos complexos que a realização destes conjuntos significa. Assim, aquilo a que chama de «mobilidade do poder político», que vai «pensando de modo diferente o papel daquelas cooperativas» na sociedade portuguesa, em resultado das mudanças dos executivos, e as exigências de alterações e adaptações sistemáticas a que os projetos ficam sujeitos, alia-se à falta de preparação do FFH e das câmaras municipais para a «avalanche de solicitações» que surgem nestes anos, criando um contexto de adversidade efetiva para estes processos (Mello, 1979, p. 19).

Quando em 1979 são apresentados, na revista *Arquitectura*, cinco projetos de habitação cooperativa desenvolvidos pela equipa de Duarte Cabral de Mello, o

<sup>22</sup> Decreto-Lei n.º 49033, 28 de maio de 1969. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 126, de 28 de maio de 1969, pp. 581-586. Criação do Fundo de Fomento da Habitação — Ministério das Obras Públicas. Extingue igualmente o Serviço de Construção de Casas Económicas — Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais.

<sup>23</sup> Duarte Cabral de Mello é parte de uma equipa alargada que inclui igualmente Eugénio Castro Caldas, Manuel Marçal Correia, Maria Manuel Godinho de Almeida, Miguel Chalbert Santos e Vicente Bravo Ferreira (Mello *et al.*, 1979, p. 22).

primeiro deles, para a Cooperativa de Habitação Económica de Alverca (CHASA), em Alverca do Ribatejo, desenvolvido a partir de 1976, encontra-se em fase adiantada de construção (Mello, 1979, p. 20). As outras propostas também apresentadas são para a Cooperativa SOCASA, na Azambuja, e para a Cooperativa Habitacional União dos Trabalhadores (CHUT), três propostas – Vila Nova da Caparica, Santo António da Caparica e Feijó. A sua divulgação conjunta é coerente com a própria família de reflexões e proposta que representam.

Em Alverca do Ribatejo, para a CHASA, encontramos uma solução de implantação que resulta, segundo os autores, das condições do terreno, das suas confrontações, do programa que a Cooperativa apresenta, mas também da «proposta de um determinado espaço habitacional» (Mello *et al.*, 1979, p. 22). Uma das características mais relevantes que o conjunto apresenta é a atenção e a preocupação com as diferentes escalas, do espaço doméstico às zonas de transição, passando pelos percursos pedonais e zonas de estar ou pelos atravessamentos rodoviários. A intenção de construção de um território diverso, como resultado de condicionantes e das tipologias, mas também modelando de modo diversificado o contexto urbano proposto, através da multitude de escalas e de configurações das zonas públicas e de transição, encontra-se plasmada no conjunto construído. Os atravessamentos da zona de habitações unifamiliares em banda – perpendiculares às vias rodoviárias do conjunto, com o jogo de cotas altimétricas, com as bolsas de estada nelas existentes e com as marcações de entrada que as ligações entre bandas no piso superior fomentam – são disso um ótimo exemplo. Podem, inclusivamente, ser lidos como quase plasmação do que são as galerias de acesso para as soluções dos edifícios de habitação multifamiliar, em altura.

No caso da solução para a Azambuja, também no distrito de Lisboa, o terreno e o programa levam a uma solução de moradias de encosta junto com edifícios



**FIG. 5** Interior dos quarteirões da CHASA, Alverca do Ribatejo, 2017 (Duarte Cabral de Mello e equipa, 1978-1991). João M Almeida

multifamiliares semelhantes em estratégia aos de Alverca (Mello *et al.*, 1979, p. 20). Se elementos icónicos, como o volume cilíndrico metálico das caixas de correio, se encontram presentes em ambos, assumindo esta genealogia de pensar e fazer as soluções, os espaços de proximidade entre bandas, mesmo se formalmente tratados com diferentes especificidades, assinalam igualmente esta família.

No caso da solução apresentada para Vila Nova da Caparica, para a CHUT, no distrito de Setúbal, construída entre os últimos anos de 1970 e os inícios da década seguinte, as experiências anteriores são transformadas num contexto onde as condicionantes mudam. Contra as diferenças assinaláveis de variação de cotas altimétricas dos exemplos anteriores, neste caso a implantação perde agressividade. A primeira fase, com o maior número de fogos e num terreno plano, recebe bandas de casas unifamiliares e blocos que se organizam em quarteirões. Estes criam amplos interiores atravessáveis, para onde as galerias de circulação se viram. Mas também surge, no caso das habitações unifamiliares em banda na zona poente, da última fase do conjunto, uma resposta que tanto na linguagem arquitetónica como nas opções urbanas se diferencia do restante conjunto. Com uma implantação em terreno mais acidentado, responde com a construção de uma frente de rua na cota inferior e junta as traseiras a meia encosta. Arquitetonicamente, as habitações unifamiliares, com uma linguagem *loosiana*, adequam-se a um desenho urbano mais orgânico, em contraste com a rigorosa ortogonalidade da primeira fase.

Nesta identificação de genealogias de reflexão e propostas, interessa-nos igualmente referir a obra que a equipa de Vítor Figueiredo faz para a Cooperativa de Habitação Económica de Setúbal, realizada nos limites desta cidade no final da década de 1970 e até 1981. No Bairro da Azeda, a definição dos grandes quarteirões é feita através dos blocos de três pisos, em «U», que não se tocam, marcando o acesso ao interior do mesmo quarteirão e aos próprios fogos a meio das fachadas. A criação dos jogos de transição entre os exteriores e os interiores, com rasgamentos verticais, escadas nas arestas interiores, pátio ou galerias, eram soluções que reconhecemos noutras propostas. As proximidades entre as propostas – para Vila Nova da Caparica, da equipa de Cabral de Mello, e esta – surgem como naturais, pela proximidade entre ambos arquitetos e também temporal e geográfica, mas que deixa intuir a importância, pelo menos regional, das soluções da equipa do GACH para o pensar e propor habitação qualificada e, ao mesmo tempo, com limitações de orçamento efetivas.

Encerrando esta necessariamente sucinta introdução ao trabalho efetuado por Duarte Cabral de Mello e restante equipa na região da Área Metropolitana de Lisboa na segunda metade da década de 1970, interessa recuar e sublinhar a experiência e inquietações que este arquiteto tem e trabalha em Nova Iorque, de 1970 a 1973, no Institute of Architectural and Urban Studies (IAUS), onde, por exemplo, colabora em investigações dedicadas ao habitar, tanto na escala urbana, com atenção especial à rua, como da habitação<sup>24</sup>. Posteriormente, estas preocupações



FIG. 6 Acessos às habitações unifamiliares da CHASA, Alverca do Ribatejo, 2017 (Duarte Cabral de Mello e equipa, 1978-1991). João M Almeida

<sup>24</sup> Referimo-nos especificamente aos projetos *The Street as a Component of the Urban Environment* e *The Design of Alternative Low-Rise High-Density Housing*, em que Duarte Cabral de Mello colaborou entre 1970 e 1973, no IAUS. Entrevista de 2012 e republicada em 2013 (Ferreira e Gutiérrez Mozo, 2013, p. 3).



**FIG. 7** Acessos às habitações unifamiliares com caixa de correio coletiva da SOCASA, Azambuja, 2017 (Duarte Cabral de Mello e equipa). João M Almeida

**FIG. 8** Fachada principal da banda de habitação unifamiliar da CHUT, Vila Nova da Caparica, 1.ª fase, 2017 (Duarte Cabral de Mello e equipa, 1976-1980). João M Almeida

**FIG. 9** Interior do quarteirão dos blocos de habitação da CHUT, Vila Nova da Caparica, 1.ª fase, 2017 (Duarte Cabral de Mello e equipa, 1976-1980). João M Almeida

**FIG. 10** Fachada principal da banda de habitação unifamiliar da CHUT, Vila Nova da Caparica, 2.ª fase, 2017 (Duarte Cabral de Mello e equipa, 1976-1980). João M Almeida

são trazidas em contexto pré e pós-Revolução quando chega a Portugal, nos trabalhos que realiza, entre outros, com Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas (1973), Vítor Figueiredo (1975) ou a já referida equipa do GACH (1976-1978) (Ferreira e Gutiérrez Mozo, 2013, p. 3). Como refere numa entrevista dada em 2012, considera de fundamental importância ter-se sempre presente que a «Arquitectura é um ofício» (Ferreira e Gutiérrez Mozo, 2013, p. 3) e, de certo modo, esta ideia sintetiza esta relação da experiência internacional e esta sua aplicação específica ao contexto português referido, trabalhando os projetos como processo de e em desenvolvimento e crescimento.

A segunda situação específica que, nos anos que se seguem ao 25 de Abril de 1974 nos interessa abordar é o caso de Matosinhos, na Área Metropolitana do Porto. A escolha da cidade de Matosinhos prende-se com a quantidade, diversidade e qualidade dos empreendimentos que as cooperativas de habitação



FIG. 11 Fachada principal com o acesso ao interior do quarteirão da CHES, Setúbal, 2017 (Vitor Figueiredo, 1978-1981). João M Almeida

conseguem aqui atingir. Na região do Grande Porto, se o próprio Porto apresenta o maior número de cooperativas entre 1974 e 1994, com 19, Matosinhos segue-o com menos duas. Mas, no que aos fogos construídos diz respeito, de 1974 a 1998, esta última conta com 5504, ficando à frente do Porto, que conta com menos 24 % (Gomes, 2013, p. 153). Até ao início deste século, a cidade contou com 25 cooperativas, sendo na freguesia da Senhora da Hora que se encontra o maior número de fogos construídos. O apoio municipal, tanto através da infraestruturização dos terrenos como da cedência dos mesmos, foi fundamental para este notável desenvolvimento (Gomes, 2013, pp. 252-253).

No final da década de 1970, dois bairros de ação cooperativista marcam o início destas intervenções em Matosinhos. No Carriçal, da autoria de Eduardo Iglésias<sup>25</sup>, a Cooperativa As Sete Bicas vai construir o seu primeiro conjunto, com habitação unifamiliar de dois pisos. Com tipologia T3 uniforme — tal como acontece com a maior parte das soluções unifamiliares —, organiza-se em conjuntos de duas casas que criam bandas não contínuas. Os recuos que cada par vai ter em relação aos contíguos provocam uma vibração e dinamismo na leitura das fachadas para a rua principal. Entre as casas gêmeas, um murete de betão marca o acesso aos fogos, separa deixando ver e recebe igualmente o expressivo cubo da caixa do correio. O conjunto é desenhado como zona residencial, com equipamentos e comércios a surgirem para lá dos limites do mesmo. A circulação mista atravessa e organiza o bairro e, perpendiculares a estas, surgem pequenas vias pedonais que criam passagem e permeabilidades, mas que também permitem o acesso às ruas das traseiras das bandas. São diversos os elementos que contrariam, através do desenho, a quase inevitabilidade de se reconhecer nesta

<sup>25</sup> O arquiteto Eduardo Iglésias vai também ser o autor das duas fases que a Cooperativa Aldeia Nova vai construir também em Matosinhos (1983-1985 e 1996). As 2.ª e 3.ª fases do empreendimento da Cooperativa das Sete Bicas, no Carriçal, vão ser da autoria de Jorge Teixeira de Sousa (1982-1985 e 1987-1989).

**FIG. 12** Cooperativa As Sete Bicas, Senhora da Hora, Carrigal, 1.ª fase, 2017 (Eduardo Iglésias, 1978-1982). João M Almeida



proposta um carácter ruralista. Apesar dos telhados de duas águas e do telheiro que protege e marca o acesso aos fogos, o modo como a proposta é desenhada, com a ocupação do lote próxima à face das ruas principais, e a inexistência de muro nessa fronteira contribuem para esta situação. A expressividade com que são desenhados diversos elementos do conjunto — entre outros, estrutura, muretes, chaminés, caleiras ou caixas de correio — conferem um carácter à proposta onde o ambiente formal e plasticamente controlado constrói uma urbanidade falsamente anónima e regular.

Em Leça da Palmeira, Rogério Cavaca projeta para a Cooperativa de Habitação Lar do Trabalhador, a 1.ª fase da intervenção<sup>26</sup>, com 178 fogos, também só com a opção unifamiliar de dois pisos, mas neste caso assumidamente em banda. Com uma área de implantação mais pequena que a anterior e uma configuração mais irregular, este conjunto assume a regularidade das fachadas, reproduzidas nos muretes baixos de delimitação dos lotes e com o acesso às casas escavado ao volume contínuo e limpo das bandas. A depuração dos planos e a ausência de gestos expressivos que não os essenciais — como o recesso que marca a entrada, colocando sombra na zona inferior da fachada principal — criam um cenário de quase suburbanidade do conjunto.

Em 1985, José Pulido Valente, para a Cooperativa de Habitação Gente do Amanhã, projeta um conjunto com duas dezenas de fogos. A organização dos quatro edifícios em banda, com acessos, garagens e zonas verdes, constrói espaços de proximidade inusitados e muito ricos. Cada banda multifamiliar, com fogos em dúplex, vira os acessos para o suposto interior de quarteirão não ortodoxo, utilizando o eixo de cada conjunto como pequena rua de acesso às garagens, colocadas em volumes longitudinais descolados das habitações<sup>27</sup>. Na cobertura verde

<sup>26</sup> Rogério Cavaca vai ser igualmente o responsável por mais duas propostas para a Cooperativa de Habitação Lar do Trabalhador: a 2.ª fase deste conjunto, com blocos multifamiliares e unifamiliares em banda, de 1995, e, para Matosinhos, os 37 fogos, de 1984-1990, em bandas unifamiliares.

<sup>27</sup> A equipa de Duarte Cabral de Mello já testara este descolamento das garagens no caso de Alverca do Ribatejo e da Azambuja, mas colocados de modo autónomo no limite da zona de intervenção.



**FIG. 13** Cooperativa As Sete Bicas, Senhora da Hora, Carrigal, 1.ª fase, 2017 (Eduardo Iglésias, 1978-1982). João M Almeida

destes volumes das garagens, colocado como um pódio, faz-se outro nível de distribuição horizontal, através da qual se acede aos fogos do 2.º andar. As escadas, soltas e a céu aberto, largam-se perpendicularmente a estes dois volumes — das habitações e das garagens —, fazendo com que estes dois volumes, deste modo pontual, se toquem. A grande zona central, entre os pares de blocos, é um amplo espaço público com zona de jogos, sombras, circulação pedonal, zonas de estada e zonas verdes.

Esta riqueza formal e espacial não tem grandes herdeiros no panorama nacional. As questões dos acessos transitam para alguns edifícios multifamiliares em versão galeria, criando uma intensidade acrescida no leque das estratégias de transição exterior/interior, mesmo se perdendo diversidade de espaços e qualificação das zonas de transição. São exemplos destas soluções os casos da Cooperativa Favo, em São Mamede de Infesta, de José Gomes Fernandes, onde as garagens funcionam como embasamento, suportando as galerias, ou o caso da Cooperativa de Aldoar, com projeto de Manuel Correia Fernandes, de final da década, e onde as galerias surgem também como modo de resolver as circulações, criando os dinamismos de percurso e volumétrico do conjunto.

Em Matosinhos, as propostas cooperativistas realizadas no final dos anos 1970 e até à primeira metade da década seguinte sugerem algumas reflexões. Por um lado, a ainda amarração à tipologia de habitação unifamiliar, em banda, mesmo se com leituras urbanas da continuidade volumétrica diferenciada, e de tipologia única, por outro lado, a definição monoprogramática dos conjuntos, com a atenção estrita à habitação a que as cooperativas primeiramente procuram responder. O que veremos acontecer nos anos seguintes, e a década de 1980 é profícua para as realizações das cooperativas de habitação em Matosinhos<sup>28</sup>, é um recentramento

**28** São elas: Cooperativa As Sete Bicas, Carrigal (2.ª fase, 1982-1985, 75 fogos; 3.ª fase, 1987-1989, 32 fogos, ambas de Jorge Teixeira de Sousa), Barranha (1984-1988, 324 fogos, Sousa) e Azenhas de Cima (1988-1993, 516 fogos, Pedro Ramalho e Luís Ramalho); Cooperativa Aldeia Nova, Senhora da Hora (1983-1985, 56 fogos, Eduardo Iglésias); Cooperativa HAZAL, Azenhas de Cima (1.ª fase, 1989, 110 fogos, Margarida Strech); Cooperativa Juntos Venceremos, Senhora da Hora (1986, 204 fogos, João Santos); Cooperativa FAVO, Senhora da Hora (1990, 66 fogos, Gomes Fernandes); Cooperativa HABECE, Senhora da Hora (1988, 72 fogos, João Pestana); Cooperativa COHEMATO, Leça da Palmeira (1985-1989, 224 fogos, Jorge Gigante e Alberto Morais); Cooperativa Tripeira, Senhora da Hora (1983, 206, Noé Dinis); Cooperativa 19 de Fevereiro, Senhora da Hora (1987-1989, 160 fogos, Pedro Ramalho); Cooperativa Água Viva, Matosinhos (1984-1990, 368 fogos, Gomes Fernandes); Cooperativa Lar do Trabalhador, Matosinhos (1984-1990, 37 fogos, Rogério Cavaca), e Cooperativa NORBICETA, Santo Ildefonso (1987, 60 fogos, Alfredo Resende). (Gomes, 2013, pp. 255-280). Cruzada igualmente com a documentação dos arquivos do IHRU (Lisboa e Porto).



**FIG. 14** Acesso entre volumes de garagens e de habitações da Cooperativa de Habitação Gente do Amanhã, Senhora da Hora, Urbanização do Seixo, 2017 (José Pulido Valente, 1985). João M Almeida



**FIG. 15** Cobertura das garagens da Cooperativa de Habitação Gente do Amanhã, Senhora da Hora, Urbanização do Seixo, 2017 (José Pulido Valente, 1985). João M Almeida

a vários níveis. Em termos de tipologias de habitação, assiste-se a uma diversificação, em geral, mas também no que cada empreendimento oferece e disponibiliza aos seus cooperantes. Assim, a passagem para o leque mais alargado de oferta em paralelo de T2, T3 e T4 é generalizada, mas encontramos igualmente casos, como os blocos multifamiliares das Sete Bicas, em Azenhas de Cima, de 1988-1990, da autoria de Pedro Ramalho e Luís Ramalho, onde surgem igualmente T0 e T1. Esta ampliação tipológica dos fogos representa necessariamente um reconhecimento das diversidades das estruturas familiares, mas também das capacidades económicas das famílias inscritas nestas cooperativas. Outra alteração que se pode verificar são as tipologias dos edifícios. A passagem das propostas unifamiliares para as de blocos multifamiliares vai acontecer à medida que se chega a meados dos anos 1980, com situações onde ainda coexistem as duas. Exemplos desta situação de coexistência são as respostas da Cooperativa Sete Bicas, em Barranha, de José Teixeira de Sousa, de 1984-1988, e da COHEMATO, em Leça de Palmeira, de 1985-1989, de Jorge Gigante e Alberto Morais. O aumento da complexidade também acontece no que à diversidade de programas diz respeito. De um modo geral, com a passagem do tempo, os conjuntos vão tendendo a serem pensados ou a se complementarem com mais equipamento, comércio e apoio diversos à habitação que tornam os núcleos construídos mais coesos, enquanto vida urbana, ou seja, enquanto

bairros. Este processo de adensamento programático responde a uma condição destas arquiteturas como pioneiras, como construtoras de ocupação, contrariando a falta de existência de cidade onde se implantam, mas também da compreensão de que não só de habitação se constrói bairro e relações de vizinhança.

Parece-nos interessante referir o longo e diversificado processo da qual a Cooperativa Habitovar é responsável, a partir de 1984, e que se vai concretizar no concelho de Aveiro, nos arredores de Ovar. Este conjunto é ainda enquadrável, na sua origem, nas CHE e os autores das intervenções são Pedro Ramalho, Alcino Soutinho, Bernardo Ferrão e Rolando Torgo. De implantação extraurbana, tem esta condição presente até hoje, com a sua consolidação efetuada ao nível das ocupações das casas e dos lotes, principalmente em algumas das zonas de habitação unifamiliar em banda, mas onde prevalece uma condição de urbanidade não conquistada, permanecendo parcialmente como bairro dormitório. A sua característica mais interessante é a diversidade de soluções arquitetónicas, mais do que urbanas, que os autores apresentam. O desenho menos expectável surge nas habitações unifamiliares na zona nascente, onde o encerramento, a clausura do lote quadrado, da casa virada para o seu pátio e a sua depuração na relação com a envolvente remete para uma genealogia portuguesa de investigação ao redor das casas-pátio. O desenho do conjunto é afirmativo e identificam-se diversas zonas, com casas unifamiliares em banda, semi-isoladas e edifícios multifamiliares, com opções formais, arquitetónicas e urbanas diversas. A riqueza das soluções não ultrapassa as questões de tratamento de espaços intersticiais e consolidação do bairro que, apesar da passagem do tempo, continuam a estar presentes.

A complexidade dos processos, mas também das vidas destes bairros e arquiteturas pós-ocupação, deixa claro que não existem possibilidades de aferição dos sucessos e problemas das soluções de habitação cooperativa como um todo. As relações com as malhas urbanas preexistentes, as ofertas de equipamento e serviços dentro ou nos limites, as características dos ocupantes, os desenhos urbanos e de espaços públicos, mas também os desenhos, tipologias e materialidades, transformam cada conjunto em único e potencial caso de estudo para aferir estas e outras questões. Interessa este exemplo de Ovar para sublinhar que os investimentos no controlo do desenho e das soluções são só uma parte de um conjunto alargado de dinâmicas e possibilidades, concretizadas ou não, bem-sucedidas ou não.

Em 1978, o Estado Português definia o apoio financeiro às cooperativas de habitação, no seguimento do que era estabelecido em programa de governo. Duas ideias marcam a parte inicial do documento legal, por um lado, a ideia de que, se se quer apoiar de modo efetivo as respostas do cooperativismo habitacional, os «benefícios a conceder deverão ser mais acentuados do que os genericamente facultados no quadro da política habitacional», ou seja, uma diferenciação positiva e efetiva destas respostas, por outro lado, a defesa das cooperativas como resposta

**FIG. 16** Rua de habitações unifamiliares em banda da Cooperativa Habitovar, Ovar, 2017 (Pedro Ramalho, Alcino Soutinho, Bernardo Ferrão e Rolando Torgo, 1984). João M Almeida



**FIG. 17** Habitação unifamiliar isolada da Cooperativa Habitovar, Ovar, 2017 (Pedro Ramalho, Alcino Soutinho, Bernardo Ferrão e Rolando Torgo, 1984). João M Almeida



que substitua parte das políticas de promoção pública direta de habitação, «com vantagem» diz o documento, no que aos «agregados familiares parcialmente solventes» respeitava. Será ao FFH que caberá, neste contexto, concretizar o apoio financeiro que passa pela concessão de «empréstimos com bonificação de juros a cargo do Estado» (Decreto-Lei n.º 268/78). Estas políticas marcam o contexto que até agora analisámos e têm efetivas consequências no que vimos neste quadro de pós-Revolução. Como veremos de seguida, ainda que as mudanças dos anos 1980 sejam consideráveis, tanto no País em geral como nas políticas de habitação, a segunda metade da década de 1970 produzirá efeitos pela década seguinte adentro.

### Ressacas revolucionárias e o valor do mercado

Ainda que os anos 1980 herdem um processo que lhes permita ver surgir ainda muitas respostas habitacionais cooperativistas, as mudanças a que se assistirão vão ter repercussões inevitáveis neste setor. A partir de 1982, segundo o faseamento proposto por Paiva, surgem as cooperativas de habitação e construção (CHC). Esta data prende-se com a publicação do Código Cooperativo (Decreto-Lei n.º 454/80, pp. 3225-3244) e é marcada pelo que o mesmo autor chama de «espírito liberalizador da legislação complementar» ao referido Código. Em termos de financiamento, estas cooperativas entram numa nova fase, passando a recorrer à banca ou ao autofinanciamento. São estruturas encerradas e socialmente homogêneas por resultarem, na maioria das vezes, da agregação e organização vinda do interior de pequenos grupos, profissionalmente oriundos dos quadros superiores e médios (Paiva, 1995, p. 62). Como refere também, em resultado do trabalho de campo que faz para o caso de Lisboa, a composição social dos cooperantes a meio dos anos 1990 apresentava uma «predominância das classes médias urbanas ligadas aos serviços» (Paiva, 1995, p. 61). O afastamento face a uma matriz social popular e operária que se encontrava no cooperativismo português inicial não para de se acentuar. Não é casual que, em paralelo e a partir da década anterior, as cooperativas operárias de produção, que tinham tido uma expansão desde 1978, sofram um forte abrandamento do seu crescimento (Almeida, 2005, p. 58). A aspiração a ser-se parte da classe média, de se concretizar uma ascensão social real, no contexto de um país que se procura europeu, democrático e desenvolvido, vai chocando crescentemente com o imaginário e a ação popular e revolucionária que se dissolve num passado recente cada vez menos visto como heroico.

Em 1984, é criado o Instituto Nacional de Habitação (INH), que procura responder às insuficiências de que o Fundo de Apoio ao Investimento para a Habitação<sup>29</sup> padeceria, sendo referido como «apenas vocacionado para o apoio de programas de habitação apoiados pelo sector público» (Decreto-Lei n.º 177/84). À extinção do FFH, no início dos anos 1980, somam-se, em 1978 e 1983, intervenções do Fundo Monetário Internacional em Portugal, causando perturbações efetivas no desenvolvimento dos processos em curso (Santos, Teles e Serra, 2014, p. 16). Será ao INH que caberá herdar a obrigação de apoiar as cooperativas. No âmbito de um conjunto alargado de responsabilidades — da investigação à regulamentação, passando pela supervisão de respostas apoiadas financeiramente pelo Estado, até à formação de técnicos e promotores —, o prólogo do decreto-lei que o institui sublinha a necessidade de se «criar na administração central» uma estrutura como o INH que possa ter de concretizar os «instrumentos da política de habitação e de apoio financeiro aos programas destinados aos estratos sociais menos solventes» (Decreto-Lei n.º 177/84). As estruturas cooperativistas não são, tal como quaisquer outros programas, especificadas, mas pas-

<sup>29</sup> Decreto-Lei n.º 217/82, de 31 de maio. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 123, de 31 de maio de 1982, pp. 1492-1494. Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes. Cria o Fundo de Apoio ao Investimento para a Habitação (FAIH).

sará a ser este o seu interlocutor estatal. Ainda assim, as cooperativas de habitação vão assistir a um novo impulso resultante do ressurgimento dos financiamentos, desta vez com alargamento das «instituições bancárias habilitadas a conceder crédito às cooperativas de habitação» (*ibidem*). A tendência para o esvaziamento ideológico e uma aproximação aos processos do mercado vão-se acentuando. O cooperativismo enquanto realidade «profundamente enraizada no sentimento e na prática do povo português» (Decreto-Lei n.º 454/80) talvez não o fosse assim tanto. A «posição intermédia» (Santos, Teles e Serra, 2014, pp. 16-17) e, diríamos, privilegiada que as cooperativas de habitação poderiam ter, entre o mercado e o Estado, tenderá a perder sentido.

O primeiro decénio de existência do INH é considerado por alguns autores como a década das cooperativas de habitação (Coelho, 2006, p. 66), mas, daí para a frente, a competitividade das respostas cooperativas decresce (Santos, Teles e Serra, 2014, pp. 17-18). Tentando contrariar este caminho, ainda surgem respostas concertadas entre municípios e setor cooperativo que procuram seguir o exemplo anterior de Matosinhos e articular esforços e investimento. O caso da capital, em 1990, é disso um exemplo, quando a FENACHE assina com a Câmara Municipal de Lisboa um protocolo em que a última apoia o desenvolvimento cooperativo habitacional através da cedência de terrenos e prevendo-se a construção de 3000 fogos em resultado desta ação (Paiva, 1995, pp. 61-62). A diversidade de programas habitacionais que se encontram no longo tempo de construção de algumas grandes áreas de desenvolvimento da cidade de Lisboa vai permitir que diversas respostas tipológicas — tanto de fogos como urbanas — mas também de promoção surjam em simultâneo nestes territórios (Serpa, 2015, p. 134).

Nos últimos anos do século xx, as cooperativas de habitação espalhadas pelo País seriam pouco mais de 400. Por esta altura, Flávio Paiva defende a importância das cooperativas e do seu «papel imprescindível na política de habitação nacional», justificando-o pela proximidade às populações e pela promoção de «práticas de solidariedade e participação que as outras vias promocionais, públicas ou privadas», não asseguram. Mas, mais uma vez, o deslocamento para as classes médias é referido, motivado, segundo este autor, pelos valores dos terrenos e pela falta de financiamento às famílias com mais dificuldades económicas (Paiva, 1995, p. 51).

Se para algumas vozes o ano de 1997 se apresenta promissor e um momento de inversão da tendência (Almeida, 2005, p. 59), com as publicações do novo Código Cooperativo, continuando, em 1998, com a publicação do novo Estatuto Fiscal Cooperativo, outras, no entanto, são muito críticas. A demora na realização do regulamento que garantisse a efetividade do Estatuto e a sua «aplicação sem controvérsias nem equívocos» contribuiu para o que afirmam ser a irrelevância da promoção habitacional cooperativa por esses anos (Vilaça, 2001, p. 88). Mas também, em resultado do que é definido pelo próprio Estatuto Fiscal Cooperativo, a aposta das cooperativas em habitação para classes socioeconómicas mais

solventes, afastando-as das famílias com mais dificuldades económicas, resulta na desvalorização e subapoiio à promoção de habitações a custo controlado (HCC) (Coelho, 2006, p. 28). A produção cooperativa que vai acontecendo desloca-se para promoção de habitação para quem tem a capacidade de investir em habitação própria. Os modelos arquitetónicos herdados misturam-se com os imaginários das habitações que a capacidade económica permite. Galerias e outras transições entre o exterior e o interior dos fogos, que tornam as estruturas distributivas mais ricas, vão, entre legislação, novos/velhos modelos arquitetónicos e capacidade económica, concorrendo com distribuições em caixas de escadas e elevadores mais tradicionais. De certo modo, o experimentalismo que tinha sido necessário para que a exequibilidade de alguns empreendimentos fosse assegurada resulta, com a transição de século e uma sociedade portuguesa distinta da dos anos 1970 e 1980, em alguns retornos às ordens arquitetónicas, urbanas, habitacionais e tipológicas em geral.

Em 2015, a Estratégia Nacional para a Habitação (ENH) afirma de modo inequívoco que em Portugal «já não existe um défice habitacional, mas antes dificuldades no acesso à habitação». Como refere também, ultrapassado que estava o défice habitacional, ficavam por resolver as condições de degradação de parte do parque habitacional, os custos elevados da habitação — em especial no mercado de arrendamento — e as questões que a mobilidade das famílias levantavam. Na sombra de um resgate externo, assinado quatro anos antes, as estratégias de políticas públicas de habitação anteriormente desenhadas tornam-se, segundo a ENH, inviáveis. O caminho apontado, garantido por mecanismos de financiamento europeus, é a reabilitação urbana, mas a «importância da habitação social no combate à pobreza e à exclusão social» não é esquecida (Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015). O carácter alargado do documento não deixa espaço para que entidades como as cooperativas sejam colocadas diretamente enquanto atores e intervenientes nas soluções. Na verdade, as questões das ações cirúrgicas e de reabilitação em contexto urbano consolidado não existem na génese e no perfil do cooperativismo habitacional português e essa, ainda que difícil, pode ser uma reflexão fundamental para que este consiga adaptar-se a um contexto onde o território construído é suficiente e o que é fundamental é a sua reinvenção.

A leitura do documento *Para Uma Nova Geração de Políticas de Habitação*, do final de 2017, também não esclarece sobre o papel que o Estado espera das cooperativas de habitação. Referidas que são como, ao lado dos setores público e privado, atores de cooperação. O arrendamento e a reabilitação voltam a estar presentes como elementos fundamentais das preocupações estatais (*Para Uma Nova Geração de Políticas de Habitação*, 2017, p. 6). Mais uma vez, para as cooperativas de habitação não resulta claro o caminho que se pode esperar delas. Nas novas exigências habitacionais nacionais, mas também nos caminhos que os decisores

políticos escolhem e valorizam, não surgem esclarecidos os modos em que uma reinvenção das cooperativas pode fazer sentido e ter novos espaços de ação e manobra. Será fundamental, talvez, que, fazendo sentido esta reinvenção do cooperativismo habitacional, ela parta do seu interior, propondo depois as soluções que encontrou aos decisores.

Da observação direta de várias dezenas de exemplos foram perceptíveis as condições atuais de cuidado e intensidade de ocupação a que fogos, edifícios e bairros se encontram, resultando da análise empírica uma geral ideia de que, principalmente a casa, foi efetivamente apropriada. Se as zonas públicas têm uma diversidade de fatores que lhes garantem essas condições, as zonas semipúblicas e as privadas refletem mais diretamente a capacidade de relacionamento que ocupantes e espaços apresentam. Parece-nos que duas condições consolidam a boa capacidade que estes edifícios e conjuntos têm tido, na maior parte dos casos, de permanecer enquanto lugares qualificados, concretizando as propostas arquitetónicas e urbanas. Por um lado, a condição da propriedade, se se considerar que, na matriz sociocultural portuguesa, a posse dos fogos consolida a relação com os mesmos, mas que também a atenção cuidadora sobre o fogo se estende à envolvente próxima, podemos ter nesta condição uma hipótese, por outro lado, a experiência cooperativa, mesmo se terminada com a construção dos fogos, representa um lastro de exercício organizativo que permite, com sucesso, a nova fase de vida da ocupação, enquanto proprietários organizados em condomínios para gestão do que é comum.

Sublinhamos o que outros autores referem sobre as cooperativas de habitação enquanto processo fundamental na construção de relações efetivas com as práticas democráticas — mesmo se difíceis e intensas — e a construção dos espaços em que se habita.

Às cooperativas de habitação vai sendo exigido reinventarem-se, construir-se como coletivos que justificam a sua permanência pós-construção e ocupação dos fogos. Não esquecendo aquilo que Paiva chama de «sistema identitário» das cooperativas (Paiva, 1995, p. 14), é fundamental, neste momento de discussão do que se quer que sejam as novas políticas públicas portuguesas de habitação, compreender o papel longo destas e como se podem colocar como resposta do século XXI. Em contextos de respostas cada vez mais focados nas estratégias *bottom-up*, de proximidade e de participação, as cooperativas podem trazer um conhecimento acumulado de relações com as populações e com os diversos poderes envolvidos no fazer e decidir cidade e habitação. A produção habitacional cooperativa portuguesa é uma bolsa de conhecimento e propostas que contribuíram para o que é a reflexão sobre o habitar, tanto à escala do espaço doméstico como do desenho e das propostas de cidade. É por isto fundamental aprofundá-la enquanto objeto de estudo e reinventá-la enquanto prática aplicada à contemporaneidade.

## Referências bibliográficas

- AFONSO, João, e Helena ROSETA (eds.), 2003. *IAP XX. Inquérito à Arquitectura do Século XX em Portugal*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos.
- ALMEIDA, Bruno José Machado de, março de 2005. «O sector cooperativo em Portugal: Aspectos económicos». *Revi. & Emp.*
- ALMEIDA, Pedro Vieira de, José Manuel FERNANDES e Maria Helena MAIA (eds.), 1993. *História da Arte em Portugal: A arquitectura moderna*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. 14.
- AMARAL, Ferreira do, 1971. *Cooperativas de Habitação*. Lisboa: Sociedade Nacional de Fomento Imobiliário.
- BANDEIRINHA, José António, 2011. *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- BECKER, Annette, Ana TOSTÕES e Wilfried WANG (eds.), 1998. *Arquitectura do Século XX Portugal*. München: Prestel.
- CAMPOS, Alcides Lopes de, 1960. *Alguns Aspectos Funcionais de Uma Cooperativa de Habitação*. Lourenço Marques: Sociedade de Moçambique para o Fomento da Construção de Casas.
- COELHO, António Baptista, 2006. *1984-2004. 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*. Lisboa: Instituto Nacional da Habitação.
- Coop. A Casa é Minha, 1957. *Estatutos e Regulamento*. Lisboa: Coop. A Casa é Minha.
- Cooperativa Construtora de Habitações GAM, 1955 [*Estatutos e Regulamento*]. Lisboa: GAM.
- COSTA, Fernando Correia da, janeiro de 1957. «O movimento cooperativo português é uma realidade», in *Boletim Cooperativista*. Lisboa: n.º 40/41, pp. 3 e 12.
- (ed.), maio de 1975. *Boletim Cooperativista*. Lisboa: n. 242.
- DAVID, Brigitte, junho de 1978. «Le S.A.A.L. ou l'exception irrationnelle du système», in *L'Architecture D'Aujourd'Hui*. Paris: n.º 185, pp. 60-61.
- FERNANDES, Mário Gonçalves, 2002. «Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal (Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança). 1852/1926». Doutoramento em Geografia, Faculdade de Letras — Universidade do Porto.
- FERREIRA, António Fonseca, 1979. *Cooperativas de Habitação em Portugal*. Lisboa: Fundo de Fomento da Habitação.
- FERREIRA, M. Piedade, e María Elia GUTIÉRREZ MOZO, agosto de 2013. «Entrevista com Duarte Cabral de Mello», in *Vitruvius*. Consultado em dezembro de 2017. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/14.055/4830>>.
- FILIPE, Ana, 2009. «Cooperativa 'O Lar Familiar'», in *Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Consultado em dezembro de 2017. Disponível em <[http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=27684](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=27684)>.
- FLEMING, Arnaldo, e Olga MAGANO (eds.), 1992. *Habitação Cooperativa em Portugal: 1974-1991*. Lisboa: FENACHE.
- FRANÇA, José-Augusto, 1991. *A Arte em Portugal no Século XX (1911-1961)*. 3.ª ed. Venda Nova: Bertrand Editora.
- «A fraternal ajuda técnica da Forbundet à cooperação de consumo portuguesa», novembro de 1965, in *Boletim Cooperativista*. Lisboa: n.º 145, pp. 1 e 12.
- GOMES, Filipa, 2013. «Cooperativas de habitação económica e a forma urbana de Matosinhos. 1965/2003». Mestrado Integrado em Arquitectura e Urbanismo, Escola Superior Gallaecia.
- GUIMARÃES, Manuel, 1952. *A Intervenção do Governo — Única Forma de Tornar Eficiente a Actividade das Cooperativas de Construção*. Coimbra: Minerva Editora.
- JÚNIOR, Fernando Rau, outubro de 1969. «As cooperativas habitacionais», in *Boletim Cooperativista*, Lisboa: n.º 85, p. 8.
- «Mapa da habitação. Revisão crítica da arquitetura residencial construída com o apoio do Estado em Portugal (1910-1974)», in *Atlas da Casa — Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo — Faculdade de Arquitectura, Universidade do Porto*. Consultado em novembro de 2017. Disponível em <<http://mappingpublichousing.up.pt>>.

- MATOS, Fátima Loureiro de, 1994. «Habitação cooperativa no Grande Porto (1974/94)», in *Revista da Faculdade de Letras-Geografia*, n.º 95.
- MELLO, Duarte Cabral de, maio de 1979. «[Projectos para cooperativas de habitação económica]», in *Arquitetura*, Lisboa: 4.ª série, n.º 133, ano I, pp. 18-19.
- , et. al., maio de 1979. «Projectos para cooperativas de habitação económica», in *Arquitetura*, Lisboa: 4.ª série, n.º 133, ano I, pp. 18-29.
- Ministério da Habitação e Planeamento Físico [Suécia], 1980. *Experiência Sueca sobre Autoconstrução, Habitação Cooperativa. Estudos sobre o Consumidor, Participação*. Lisboa: Ministério da Habitação e Obras Públicas.
- NOBRE, Lúcia, 1951. «Produção, distribuição, consumo», in *Boletim Cooperativista*, Lisboa: n.º 1, pp. 1 e 4.
- , fevereiro de 1956a. «As mulheres e a actividade cooperativa», in *Boletim Cooperativista*, Lisboa: n.º 29, p. 3.
- , março de 1956b. «As mulheres e a actividade cooperativa [2]», in *Boletim Cooperativista*, Lisboa: n.º 30, p. 1.
- , abril de 1956c. «As mulheres e a actividade cooperativa [3]», in *Boletim Cooperativista*, Lisboa: n.º 31, p. 1.
- , junho de 1956d. «As mulheres e a actividade cooperativa [4]», in *Boletim Cooperativista*, Lisboa: n.º 33, p. 2.
- «Página da dona de casa», janeiro de 1967, in *Boletim Cooperativista*. Lisboa: n.º 159, p. 8.
- «Página das cooperadoras», julho de 1958, in *Boletim Cooperativista*. Lisboa: n.º 59, p. 7.
- «Página das cooperadoras», abril de 1967, in *Boletim Cooperativista*, Lisboa: n.º 162, p. 7.
- PAIVA, Flávio, 1995. «O dilema das cooperativas de habitação: Observância dos princípios ou eficácia económica? O caso de Lisboa». Dissertação de Mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais da Actividade Económica, Instituto Superior de Economia e Gestão — Universidade Técnica de Lisboa.
- Para Uma Nova Geração de Políticas de Habitação. Sentido Estratégico, Objetivos e Instrumentos de Atuação*, 2017 [Lisboa]: Secretaria de Estado da Habitação.
- PEDROSA, Patrícia Santos, 2010. «Habitar em Portugal nos anos 1960: Ruptura e continuidade. Um caminho pelo interior do discurso». Doutoramento em Projectos Arquitectónicos, Universitat Politècnica de Catalunya — Escola Técnica Superior d'Arquitectura de Barcelona.
- PEREIRA, Gaspar Martins, 2014. «SAAL: Um programa de habitação popular no processo revolucionário», in *História. Revista da FLUP Porto*. Porto: IV série, vol. 4, pp. 13-31.
- PEREIRA, Nuno Teotónio, agosto/setembro de 1968. «Situação e perspectivas do cooperativismo habitacional», in *Boletim Cooperativista*. Lisboa: n.º 177/178, p. 2.
- PORTAS, Nuno, 1978. «A evolução da arquitectura moderna em Portugal. Uma interpretação». Em *História da Arquitectura Moderna*, editado por Bruno Zevi. Lisboa: Arcádia.
- QUINTELA, João Granjo Pires, 2006. «Sociabilidades em *habitat* cooperativo». In *1984-2004. 20 Anos a Promover a Construção de Habitação Social*, editado por António Baptista Coelho, pp. 31-36. Lisboa: Instituto Nacional da Habitação.
- SANTOS, Ana Cordeiro, Nuno TELES e Nuno SERRA, 2014. *Finança e Habitação em Portugal*. Lisboa: Observatório sobre Crises e Alternativas; CES Lisboa.
- SEARA, Fernando Freitas (ed.), 1957. *O Cooperativismo Habitacional no Mundo [Exposição]*. Porto: Associação de Inquilinos do Norte de Portugal.
- SÉRGIO, António, 1951. «Cooperativismo», in *Boletim Cooperativista*. Lisboa: n.º 1, p. 1.
- SERPA, Filipa, 2015. *Lisboa, Os Projectos de Promoção Pública: 1910-2010*. Universidade Técnica de Lisboa — Faculdade de Arquitectura.
- «Sistema de Informação para o Património Arquitectónico». Direção-Geral do Património Cultural. 12 de outubro de 2017. Consultado em dezembro de 2017. Disponível em <<http://www.monumentos.gov.pt>>.
- Soc. Coop. Tenho Uma Casa, 1951. *Estatutos*. Coimbra: Soc. Coop. Tenho Uma Casa.
- Sociedade Cooperativa «A Nossa Casa» do Funchal, 1950. *Estatutos e Regulamento*. Funchal.
- TAVEIRA, Joaquim, 1954. *O Movimento Cooperativista Português*. Porto: Sociedade Cooperativa Humanitária de Todas as Classes.

TOSTÕES, Ana (ed.), 2004. *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*. Lisboa: Quimera.

VILAÇA, Eduardo, 2001. «O 'Estado da Habitação'. Medidas sem política num país adiado», in *Cidades, Comunidades e Territórios*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — Instituto Universitário de Lisboa, n.º 3, pp. 83-92.

## Legislação

Decreto n.º 4137, de 25 de abril de 1918. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 87, de 25 de abril de 1918, pp. 451-457. Presidência do Ministério.

Decreto-Lei n.º 22513, de 12 de maio de 1933. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 104, de 12 de maio de 1933, pp. 729-730. Ministério das Finanças — Direção-Geral das Contribuições e Impostos. Chamada «Lei Garrote», Determina que a isenção de contribuição industrial concedida às cooperativas de consumo e de produção só é aplicada quando negociem exclusivamente com os seus associados.

Lei n.º 2007, de 7 de maio de 1945. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 98, de 7 de maio de 1945, pp. 353-357. Ministério das Obras Públicas e Comunicações. Estabelece as bases a que deve obedecer a construção de casas de renda económica.

Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 274, de 25 de novembro de 1966. Ministério da Justiça — Gabinete do Ministro. Código Civil.

Decreto-Lei n.º 49 033, de 28 de maio de 1969. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 126, de 28 de maio de 1969, pp. 581-586. Ministério das Obras Públicas — Gabinete do Ministro. Criação do Fundo de Fomento da Habitação.

Despacho de 6 de agosto de 1974. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 182, de 6 de agosto de 1974, pp. 873-874. Ministérios da Administração Interna e do Equipamento Social. Estabelece várias medidas destinadas a solucionar determinados aspetos do problema habitacional.

Decreto-Lei n.º 730/74, de 20 de dezembro. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 296, de 20 de dezembro de 1974, pp. 1594-1597. Ministérios da Justiça e do Equipamento Social e do Ambiente. Regime Jurídico da Cooperação Habitacional.

Decreto-Lei n.º 737-A/74, de 23 de dezembro. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 298 (suplemento), de 23 de dezembro de 1974, pp. 1614-(2) e 1614-(3). Ministério do Equipamento Social e do Ambiente — Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo. Prevê diversas modalidades de auxílio às cooperativas de habitação de interesse social, que passarão a usar a designação de «cooperativas de habitação económica».

Decreto-Lei n.º 349/75, de 4 de julho. *Diário do Governo*, 1.ª série, n.º 152, de 4 de julho de 1975, pp. 931-932. Ministério para o Planeamento e Coordenação Económica. Cria a Comissão de Apoio às Cooperativas.

Constituição da República Portuguesa, 1.ª versão, de 10 de abril de 1976. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 86, de 10 de abril de 1976.

Decreto-Lei n.º 265/76, de 10 de abril. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 86, de 10 de abril de 1976. Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção — Gabinete do Ministro. Visa simplificar as formalidades necessárias à constituição de cooperativas de habitação.

Decreto-Lei n.º 268/78, de 31 de agosto. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 200, de 31 de agosto de 1978. Ministério da Habitação e Obras Públicas — Gabinete do Ministro. Autoriza o Fundo de Fomento da Habitação a conceder empréstimos, com juros bonificados, às cooperativas de habitação, para aquisição ou construção de habitações para os seus associados.

Decreto-Lei n.º 454/80, de 9 de outubro. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 234, de 9 de outubro de 1980, pp. 3225-3244. Presidência do Conselho de Ministros — Gabinete do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro. Aprova o Código Cooperativo.

Decreto-Lei n.º 217/82, de 31 de maio. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 123, de 31 de maio de 1982, pp. 1492-1494. Ministério da Habitação, Obras Públicas e Transportes. Cria o Fundo de Apoio ao Investimento para a Habitação (FAIH).

Decreto-Lei n.º 177/84, de 25 de maio. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 121, de 25 de maio de 1984, pp. 1687-1690. Ministérios das Finanças e do Plano e do Equipamento Social. Cria o Instituto Nacional de Habitação. Extingue igualmente o Fundo de Apoio ao Investimento para a Habitação.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, de 2 de julho. *Diário da República*, 1.ª série, n.º 136, de 15 de julho de 2015, pp. 4826-4850. Presidência do Conselho de Ministros. Aprova a Estratégia Nacional para a Habitação para o período de 2015-2031.